

Ministério da Educação
Secretária de Educação Profissional e Tecnológica
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
campus Passo Fundo/RS

ERRATA nº 02

Processo Administrativo nº 23165.000017.2025-46

Pregão Eletrônico nº 90022/2025

1. O Instituto Federal Sul-rio-grandense, Câmpus Passo Fundo, faz saber aos licitantes e aos interessados em geral que foram feitas as seguintes alterações no **Termo de Referência**, , em virtude do cadastramento no sistema da ordem errada nos itens.

a) **No item 1.1 do Termo de Referência foi alterado a redação como segue:**

Onde Lê-se:

1.1 Contratação de serviços de vigilância armada, auxiliar de serviços patrimoniais e vigilância eletrônica para o IFSul campus Passo Fundo, com equipamentos fornecidos em regime de comodato, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário (R\$/mês)	Valor tot (R\$)
01	01	Vigilância Armada Noturna - 02 postos de trabalho, das 19 horas às 07 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, com 02 (dois) vigilantes por turno de 12 (doze) horas trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso. CBO 5173-30	24015	Meses	60	R\$28.690,98	R\$1.721.458
	02	Vigilância Armada Diurna - 01 posto de trabalho, das 07 horas às 19 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, com 01 (um) vigilante por turno de 12 (doze) horas trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso. CBO 5173-30	24015	Meses	60	R\$12.951,60	R\$777.096,
	03	Auxiliar de Serviços Patrimoniais Noturno - ASP - 02 (dois) postos de trabalho, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, com 01 (um) ASP em cada posto. CBO 5174-20	30136	Meses	60	R\$9.804,70	R\$588.282,
	04		30136	Meses	60	R\$9.481,90	R\$568.914,

		Auxiliar de Serviços Patrimoniais Diurno - ASP - 02 (dois) postos de trabalho, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, com 01 (um) ASP em cada posto. CBO 5174-20					
	05	Serviço de Vigilância eletrônica 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, com fornecimento de equipamentos em comodato.	21660	Meses	60	R\$10.968,76	R\$658.125,
Valor total do Grupo 01							R\$4.313.876

Leia-se:

1.1 Contratação de serviços de vigilância armada, auxiliar de serviços patrimoniais e vigilância eletrônica para o IFSul campus Passo Fundo, com equipamentos fornecidos em regime de comodato, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário (R\$/mês)	Valor total (R\$)
01	01	Vigilância Armada Noturna - 02 postos de trabalho, das 19 horas às 07 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, com 02 (dois) vigilantes por turno de 12 (doze) horas trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso. CBO 5173-30	24015	Meses	60	R\$28.719,88	R\$1.723.192,80
	02	Vigilância Armada Diurna - 01 posto	24015	Meses	60	R\$12.966,04	R\$777.962,40

		de trabalho, das 07 horas às 19 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, com 01 (um) vigilante por turno de 12 (doze) horas trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso. CBO 5173-30					
02	03	Auxiliar de Serviços Patrimoniais Noturno - ASP - 02 (dois) postos de trabalho, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, com 01 (um) ASP em cada posto. CBO 5174-20	30136	Meses	60	R\$9.802,82	R\$588.169,20
	04	Auxiliar de Serviços Patrimoniais Diurno - ASP - 02 (dois) postos de trabalho, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, com 01 (um) ASP em cada posto. CBO 5174-20	30136	Meses	60	R\$9.480,04	R\$568.802,40
01	05	Serviço de Vigilância eletrônica 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por	21660	Meses	60	R\$10.968,76	R\$658.125,60

		semana, com fornecimento de equipamentos em comodato.					
Valor total do Grupo 01							R\$3.159.280,80
Valor total do Grupo 02							R\$1.156.971,60
Valor total dos Grupos 01 e 02							R\$4.316.252,40

b) No item 1.7 do Termo de Referência foi alterado a redação como segue:


Onde Lê-se:

1.7. Pelos motivos elencados no Estudo Técnico Preliminar, foi estabelecido que os itens 01 a 03 serão agrupados no Grupo 01 e os itens 04 e 05 serão agrupados no Grupo 02.

Leia-se:

1.7. Pelos motivos elencados no Estudo Técnico Preliminar, foi estabelecido que os itens 01, 02 e 05 serão agrupados no Grupo 01 e os itens 03 e 04 serão agrupados no Grupo 02.

Passo Fundo, 28 de fevereiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **LUCAS VANINI**
Data: 28/02/2025 11:08:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucas Vanini
Diretor-geral
Campus Passo Fundo/RS

Ministério da Educação
Secretária de Educação Profissional e Tecnológica
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
campus Passo Fundo/RS

ERRATA nº 01

Processo Administrativo nº 23165.000017.2025-46

Pregão Eletrônico nº 90022/2025

1. O Instituto Federal Sul-rio-grandense, Câmpus Passo Fundo, faz saber aos licitantes e aos interessados em geral que foram feitas as seguintes alterações no **Edital**:

a) Na capa do Edital

Onde Lê-se:

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$4.313.876,40 (quatro milhões trezentos e treze mil oitocentos e setenta e seis reais e quarenta centavos).

Leia-se:

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$: 4.316.252,40 (quatro milhões trezentos e dezesseis mil duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos).

b) No item 1.2 do edital foi alterado a redação como segue:

Onde Lê-se:

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 05 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

Leia-se:

1.2. A licitação será realizada em dois grupos, um grupo formado por 03 itens e outro formados por 02 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem no grupo que desejar participar.

2. O Instituto Federal Sul-rio-grandense, Câmpus Passo Fundo, faz saber aos licitantes e aos interessados em geral que foram feitas as seguintes alterações no **Termo de Referência**:

a) No item 1.1 do Termo de Referência foi alterado a redação como segue:

Onde Lê-se:

1.1 Contratação de serviços de vigilância armada, auxiliar de serviços patrimoniais e vigilância eletrônica para o IFSul campus Passo Fundo, com equipamentos fornecidos em regime de comodato, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário (R\$/mês)	Valor tot (R\$)
01	01	Vigilância Armada Noturna - 02 postos de trabalho, das 19 horas às 07 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, com 02 (dois) vigilantes por turno de 12 (doze) horas trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso. CBO 5173-30	24015	Meses	60	R\$28.690,98	R\$1.721.456
	02	Vigilância Armada Diurna - 01 posto de trabalho, das 07 horas às 19 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, com 01 (um) vigilante por turno de 12 (doze) horas trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso. CBO 5173-30	24015	Meses	60	R\$12.951,60	R\$777.096,
	03	Auxiliar de Serviços Patrimoniais Noturno - ASP - 02 (dois) postos de trabalho, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, com 01 (um) ASP em cada posto. CBO 5174-20	30136	Meses	60	R\$9.804,70	R\$588.282,
	04		30136	Meses	60	R\$9.481,90	R\$568.914,

		Auxiliar de Serviços Patrimoniais Diurno - ASP - 02 (dois) postos de trabalho, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, com 01 (um) ASP em cada posto. CBO 5174-20					
	05	Serviço de Vigilância eletrônica 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, com fornecimento de equipamentos em comodato.	21660	Meses	60	R\$10.968,76	R\$658.125,
Valor total do Grupo 01							R\$4.313.876

Leia-se:

1.1 Contratação de serviços de vigilância armada, auxiliar de serviços patrimoniais e vigilância eletrônica para o IFSul campus Passo Fundo, com equipamentos fornecidos em regime de comodato, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de

Grupo	Item	Especificação	CAT SER	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário (R\$/mês)	Valor total (R\$)
01	01	Vigilância Armada Noturna - 02 postos de trabalho, das 19 horas às 07 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, com 02 (dois) vigilantes por turno de 12 (doze) horas trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso. CBO 5173-30	24015	Meses	60	R\$28.719,88	R\$1.723.192,80
	02	Vigilância Armada Diurna - 01 posto de trabalho, das 07 horas às 19 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, com 01 (um) vigilante por turno de 12 (doze) horas trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso. CBO 5173-30	24015	Meses	60	R\$12.966,04	R\$777.962,40
	03	Serviço de Vigilância eletrônica 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, com fornecimento de equipamentos em comodato.	21660	Meses	60	R\$10.968,76	R\$658.125,60

02	04	Auxiliar de Serviços Patrimoniais Noturno - ASP - 02 (dois) postos de trabalho, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, com 01 (um) ASP em cada posto. CBO 5174-20	30136	Meses	60	R\$9.802,82	R\$588.169,20
	05	Auxiliar de Serviços Patrimoniais Diurno - ASP - 02 (dois) postos de trabalho, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, com 01 (um) ASP em cada posto. CBO 5174-20	30136	Meses	60	R\$9.480,04	R\$568.802,40
Valor total do Grupo 01							R\$3.159.280,80
Valor total do Grupo 02							R\$1.156.971,60
Valor total dos Grupos 01 e 02							R\$4.316.252,40

b) No item 1.7 do Termo de Referência foi alterado a redação como segue:

Onde Lê-se:

1.7. Pelos motivos elencados no Estudo Técnico Preliminar, foi estabelecido que os itens 01 a 05 serão agrupados no Grupo 01.

Leia-se:

1.7. Pelos motivos elencados no Estudo Técnico Preliminar, foi estabelecido que os itens 01 a 03 serão agrupados no Grupo 01 e os itens 04 e 05 serão agrupados no Grupo 02.

c) No item 5.1.5 do Termo de Referência foi alterado a redação como segue:

Onde Lê-se:

5.1.5. O serviço de vigilância eletrônica o deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, ininterruptamente, com acesso local para os profissionais relacionados ao Contrato e remoto para e somente os usuários indicados pela Fiscalização.

Leia-se:

5.1.5. O serviço de vigilância eletrônica deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma ininterrupta, com acesso local restrito aos profissionais relacionados ao Contrato e às pessoas autorizadas pela CONTRATANTE. O acesso remoto será permitido exclusivamente aos usuários indicados pela Fiscalização.

d) No item 5.3 do Termo de Referência foi alterado a redação como segue:

Onde Lê-se:

5.3. Os serviços serão prestados em horários definidos de acordo com cada posto de vigilância.

Leia-se:

5.3. Os serviços serão prestados em horários definidos pela CONTRATANTE e de acordo com os postos contratados.

e) Foi acrescentado o item 5.6.8.1 no Termo de Referência

Leia-se:

5.6.8.1. Considera-se inoperante, quando 50% ou mais do total de câmeras contratadas estiverem indisponíveis.

f) Foi acrescentado o item 5.6.8.1 no Termo de Referência

Leia-se:

6.7.1 O preposto poderá ser um dos funcionários envolvidos na prestação dos serviços à CONTRATANTE

Passo Fundo, 10 de fevereiro de 2025.



Documento assinado digitalmente

LUCAS VANINI

Data: 11/02/2025 09:02:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucas Vanini
Diretor-geral
Campus Passo Fundo/RS

Ministério da Educação
Secretária de Educação Profissional e Tecnológica
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE
***campus* Passo Fundo/RS**

Esclarecimento nº 01

Processo Administrativo nº 23165.000017.2025-46

Pregão Eletrônico nº 90022/2025

1. O Instituto Federal Sul-rio-grandense, Câmpus Passo Fundo, faz saber aos licitantes e aos interessados em geral que será feito um esclarecimento por meio desta:
 - a) O Termo de Referência faz menção na unidade de fornecimento em “meses” e o sistema de catserv não possibilita trocar a mesma, sendo que estabelece como unidade de fornecimento “Posto” para o código adotado. Portanto:

Onde Lê-se:

Posto no sistema

Leia-se:

Meses

Passo Fundo, 21 de agosto de 2025.

Edital 2/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
2/2025	158126-INSTITUTO FED SUL R.GRANDENSE GISLAINE CAIMI GUEDES	28/02/2025 09:31 (v 6.0)
Status		
ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra	22/2025	23165.000017.2025-46

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90022/2025

CONTRATANTE (UASG)

UASG 158126

OBJETO

Contratação de serviços de vigilância armada, auxiliar de serviços patrimoniais e vigilância eletrônica para o IFSul *campus* Passo Fundo/RS, com equipamentos fornecidos em regime de comodato, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$: 4.316.252,40 (quatro milhões trezentos e dezesseis mil duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/03/2025 às 09h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço

Modo de disputa:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

campus Passo Fundo/RS**Pregão Eletrônico Nº 22/2025**

Processo Administrativo nº23165.000017.2025-46

Torna-se público que o(a) o Instituto Federal Sul-rio-grandense – IFSUL – *campus* Passo Fundo /RS, por meio do(a) a Coordenadoria de Licitações e Compras - COLIC, sediado(a) Av. Perimetral Leste, 150, Passo Fundo/RS, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de serviços de **vigilância armada, auxiliar de serviços patrimoniais e vigilância eletrônica** para o IFSul *campus* Passo Fundo, com equipamentos fornecidos em regime de comodato, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em dois grupos, um grupo formado por 03 itens e outro formados por 02 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem no grupo que desejar participar..

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

1.1. Não se aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos

praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. sociedades cooperativas;

3.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.5 e 3.7.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.7.5 e 3.7.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.13. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. Não se aplica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário mensal e anual do item e valor global do grupo;

6.1.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.15. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.16. Não serão aceitas propostas que prevejam valores de salário e auxílio-alimentação inferiores aos cotados pela Administração e constantes da Planilha de Custos e Formação de Preços referencial.

6.16.1 A proposta deverá garantir o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente ou ainda o valor fixado pela Administração, na planilha de custos e formação de preços, o que for maior.

6.16.2. Também não serão aceitas propostas que prevejam, na planilha de custos e formação de preços, valores inferiores aos previstos na CCT, referentes aos benefícios de natureza trabalhista e/ou social.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores /inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015[A6]).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.23.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2.2. empresas brasileiras;

7.23.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o

Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.25.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.7.1. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025: S DAS E E E DE SEG E VIG DA R N E N DO E DO R G DO SUL

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS004752/2024

DATA DE REGISTRO NO MTE: 17/12/2024

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR071184/2024

NÚMERO DO PROCESSO: 19958.252813/2024-88

DATA DO PROTOCOLO: 09/12/2024

8.8. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.12.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.12.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*

8.12.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.13. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.14.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.14.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.22. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.22.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.22.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial; e

8.22.3. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia simples digital, inclusive, poderá ser exigida a apresentação dos documentos originais quando houver dúvidas quanto a sua autenticidade.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado pelo e-mail pf-deap@ifsul.edu.br ou pelo telefone (54) 2024-0400, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar eletronicamente o termo de contrato ou instrumento equivalente, que será disponibilizado acesso ao sistema de "processo eletrônico (SUAP)" para isso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 dias úteis** através do gov.br após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Não se aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Não se aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://suap.ifsul.edu.br/processo_eletronico/processo/146732/, mediante solicitação de cadastro pelo e-mail pf-deap@ifsul.edu.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se

justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail pf-pregao@ifsul.edu.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Perimetral, 150, Passo Fundo, CEP 99064-440.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://passofundo.ifsul.edu.br/licitacoes-2025>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

- 16.11.1.1. Apêndice I do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.1.2 Apêndice II do Anexo I - Instrumento de Medição de Resultados (IMR)
- 16.11.1.3 Apêndice III do Anexo I - Modelo de declarações;
- 16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;;
- 16.11.3. Anexo III – Planilhas e custos e Formação de Preços do grupo 1 e grupo 2
- 16.11.4. Anexo IV –Modelo de Termo de Vistoria
- 16.11.5 Anexo V - Declaração de Responsabilidade pelo Enquadramento Sindical
- 16.11.6 Anexo VI - Modelo de autorização para a utilização da garantia e de pagamento direto.
- 16.11.7 Anexo VII - Modelo para autorização para criação de conta vinculada

Passo Fundo , 10 de fevereiro de 2025.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCAS VANINI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/02/2025 às 09:31:32.

Termo de Referência 38/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
38/2024	158338-INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	CLEITON XAVIER DOS SANTOS	28/02/2025 09:49 (v 6.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		23165.000236.2024-44

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviços de vigilância armada, auxiliar de serviços patrimoniais e vigilância eletrônica para o IFSul campus Passo Fundo, com equipamentos fornecidos em regime de comodato, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Especificação	CATSER	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário (R\$/mês)	Valor total (R\$)
01	01	Vigilância Armada Noturna - 02 postos de trabalho, das 19 horas às 07 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, com 02 (dois) vigilantes por turno de 12 (doze) horas trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso. CBO 5173-30	24015	Meses	60	R\$28.719,88	R\$1.723.192,80
	02	Vigilância Armada Diurna - 01 posto	24015	Meses	60	R\$12.966,04	R\$777.962,40

		de trabalho, das 07 horas às 19 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, com 01 (um) vigilante por turno de 12 (doze) horas trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso. CBO 5173-30					
02	03	Auxiliar de Serviços Patrimoniais Noturno - ASP - 02 (dois) postos de trabalho, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, com 01 (um) ASP em cada posto. CBO 5174-20	30136	Meses	60	R\$9.802,82	R\$588.169,20
	04	Auxiliar de Serviços Patrimoniais Diurno - ASP - 02 (dois) postos de trabalho, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, com 01 (um) ASP em cada posto. CBO 5174-20	30136	Meses	60	R\$9.480,04	R\$568.802,40
01	05	Serviço de Vigilância eletrônica 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por	21660	Meses	60	R\$10.968,76	R\$658.125,60

	semana, com fornecimento de equipamentos em comodato.					
Valor total do Grupo 01						R\$3.159.280,80
Valor total do Grupo 02						R\$1.156.971,60
Valor total dos Grupos 01 e 02						R\$4.316.252,40

1.2. Contratação de serviços de vigilância armada, auxiliar de serviços patrimoniais e vigilância eletrônica para monitoramento local com instalação de circuito fechado de CFTV e controle de acesso no IFSul campus Passo Fundo, com equipamentos fornecidos em regime de comodato.

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o objeto da contratação, vigilância armada, com auxiliar de serviços patrimoniais e vigilância eletrônica, é essencial para o funcionamento da instituição e sua interrupção pode decorrer em prejuízos ao patrimônio público bem como à prestação do serviço público.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Pelos motivos elencados no Estudo Técnico Preliminar, foi estabelecido que os itens 01, 02 e 05 serão agrupados no Grupo 01 e os itens 03 e 04 serão agrupados no Grupo 02.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10729992000146-0-000013/2025

II) Data de publicação no PNCP: 03/09/2024

III) Id do item no PCA: 16

IV) Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA

V) Identificador da Futura Contratação: 158126 - 22/2025

3. Descrição da solução

3.1. A Contratada deve fornecer profissionais para postos fixos de serviço de vigilância armada e de auxiliares de serviços patrimoniais - ASP, com fornecimento de mão de obra e materiais para o câmpus Passo Fundo.

3.2. O serviço de vigilância eletrônica, compreende a operação de sistema de alarmes, de controle de acesso e videomonitoramento e tem por finalidade a detecção e atuação em situações de ocorrências críticas de intrusão, arrombamento, invasão, brigas, circulação de pessoas no perímetro, dentre outros, dando pronto atendimento, com deslocamento de pessoal interno, notificação da Fiscalização, com o acionamento das forças de segurança pública.

3.3. O serviço de vigilância eletrônica visa, de forma complementar, por meio dos registros de videomonitoramento, identificar responsáveis, por meio de acesso a imagens gravadas em equipamento próprio.

Do sistema de vigilância eletrônica

3.4. A solução proposta envolve o fornecimento de materiais e equipamentos destinados à instalação de sistema de videomonitoramento - Circuito Fechado de TV (CFTV) e controle de acesso no IFSul campus Passo Fundo instalado em regime de comodato.

3.5. Os serviços a serem prestados incluem a instalação, operação e manutenção dos equipamentos e sistemas, realizando todas as obras de infraestrutura necessárias para a instalação do sistema.

3.6. O videomonitoramento não será realizado por central externa.

3.7. A CONTRATADA deverá elaborar projeto de instalação do sistema de videomonitoramento e controle de acesso, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, com a devida anotação de responsabilidade técnica por profissional habilitado.

3.8. Os equipamentos de videomonitoramento devem possuir minimamente as seguintes configurações:

3.8.1. Gravador de vídeo - NVR para 32 canais compatível com h.265+ e h.265, suporte a câmeras IP com áudio, resolução de gravação 3840x2160 (4K), com inteligência de vídeo, compatível com HD 10 TB.

3.8.2. HD 10 TB para NVR.

3.8.3. Câmera IP bullet externa, Full HD, 1920 (H) x 1080 (V), IR 30m, com microfone embutido, compressão de vídeo h.265, IP67, PoE.

3.8.4. Câmera IP bullet externa, 4K, 3840 (H) x 2160 (V), IR 30m, inteligência perimetral, com microfone embutido, compressão de vídeo h.265, IP67, PoE.

3.8.5. Smart TV 4K 42 polegadas para monitoramento das câmeras.

3.8.6. Switch gigabit 10/100/1000 com 5 portas.

3.9. Os equipamentos de controle de acesso devem possuir minimamente as seguintes configurações:

3.9.1. Cancela automática, fluxo intenso, barreira 3,3 metros, com LED, sistema de detecção de obstáculo, pictogramas para orientação de fluxo.

3.9.2. A cancela com acionamento automático será instalada em local a ser definido pela CONTRATANTE, acionada eletronicamente para controle de acesso de veículos ao estacionamento interno do campus.

3.10. Todo o local com videomonitoramento, bem como o perímetro externo do câmpus deve possuir placas de sinalização de videomonitoramento e de ambiente com vigilância armada.

3.11. A Contratada também deve assumir o sistema existente de alarme nos prédios, 3, 5 e 7, realizando as adequações, manutenções e substituições que vierem a ser necessárias.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.1. A subcontratação fica limitada a instalação e manutenção dos equipamentos de vigilância eletrônica, contudo, a operação do sistema deverá ser realizada pela CONTRATADA.

4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.4. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.7. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

Garantia da contratação

4.8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor **anual** da contratação.

4.9. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.9.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.9.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.9.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.9.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.9.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.10. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.13. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.13.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.14. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.14.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.14.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.14.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.15. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.16. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.17. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.18. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.19. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.19.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.19.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.20. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.20.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.20.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.21. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.21.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.21.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

4.21.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.22. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.23. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.24. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.25. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.

4.26. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.27. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.28. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.29. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Da garantia da execução

4.30. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da assinatura do contrato, com a disponibilização da mão de obra e todos os equipamentos relacionados ao posto de vigilância e auxiliar de serviços patrimoniais.

5.1.2. Para os serviços de instalação e disponibilização dos sistemas de videomonitoramento, a Contratada terá 30 (trinta) dias a partir da assinatura do contrato.

5.1.3. O serviço de Vigilância Armada será contínuo, executado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

5.1.4. O serviço de Auxiliar de Serviços Patrimoniais - ASP, serão executados de segunda-feira a sábado, em escala definida pela Fiscalização, em jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

5.1.5. O serviço de vigilância eletrônica deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, de forma ininterrupta, com acesso local restrito aos profissionais relacionados ao Contrato e às pessoas autorizadas pela CONTRATANTE. O acesso remoto será permitido exclusivamente aos usuários indicados pela Fiscalização.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Estrada Perimetral Leste, 150 São Cristóvão II Passo Fundo - RS CEP 99.064-440.

5.3. Os serviços serão prestados em horários definidos pela CONTRATANTE e de acordo com os postos contratados.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. Para o profissional Vigilante Armado:

5.4.1 Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída;

5.4.2 Apresentar-se uniformizado, sempre barbeado, cabelos aparados e limpos, calçado engraxado;

5.4.3 Manter-se atento, ocupando permanentemente o local designado para o exercício de suas funções, não se afastando para atenderem chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros;

5.4.4 Deixar o posto, somente após o encerramento de seu turno, salvo em situações de absoluta necessidade, após ter alertado à chefia da emergência;

5.4.5 Controlar a entrada e saída de veículos, identificando o motorista e anotando em documento próprio o horário, o nome do motorista, as características e a placa do veículo;

5.4.6 Controlar a entrada e saída de materiais e equipamentos, observando que os materiais e bens patrimoniais de propriedade do CONTRATANTE só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Autorização para Saída de Materiais, após ser vistoriado, sendo imprescindível a sua descrição e número do patrimônio;

5.4.7 Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas pelo CONTRATANTE, anotando em documento próprio o horário, o nome, o número de identidade, o local de destino e tarefa a executar;

5.4.8 Acionar a iluminação dos pontos predeterminados pelo CONTRATANTE e verificar se todas as demais luzes do prédio se encontram desligadas;

5.4.9 Vistoriar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário

5.4.10 Colaborar com as Forças de Segurança, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do CONTRATANTE, facilitando, se possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

5.4.11 Observar a movimentação de indivíduos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança, conforme orientação recebida de preposto da CONTRATADA, bem como as que entenderem oportunas;

5.4.12 Comunicar ao CONTRATANTE, todo acontecimento entendido irregular e que atente contra o patrimônio do CONTRATANTE;

5.4.13 Impedir todo o tipo de atividade que ofereça risco à segurança do CONTRATANTE;

5.4.14 Impedir a utilização do posto, para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

5.4.15 Executar a(s) ronda(s), conforme as orientações recebidas do preposto, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias ao perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações;

5.4.16 Verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados, por ocasião da vistoria dos ambientes;

5.4.17 Acionar, de imediato, o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e prestar os primeiros socorros às possíveis vítimas;

5.4.18 Preencher corretamente todos os formulários de controle, assinando-os e colocando o número da matrícula, o nome do posto e entregá-los à unidade competente, ao término do turno;

5.4.19 Acompanhar e revistar, quando necessário, a saída de lixo e entulhos;

5.4.20 O vigilante em serviço, quando da entrega do posto, comunicará ao substituto todas as ocorrências que deverão estar registradas no livro próprio, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves sob sua guarda, sendo que, o vigilante que assumir deverá efetuar a vistoria em todo o ambiente do posto;

5.4.21 Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas fora do horário de expediente de trabalho, feriados e finais de semana, registrando em documento próprio a sua identificação e características;

5.4.22 Responder, junto à CONTRATADA, pelos bens patrimoniais do CONTRATANTE, eventualmente sob sua guarda, em casos de dano ou desaparecimento;

5.4.23 Proibir o ingresso de vendedores ambulantes e assemelhados nas instalações do Campus Passo Fundo sem que estejam prévia e devidamente autorizados pela CONTRATANTE;

5.4.24 Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao CONTRATANTE, em caso de desobediência;

5.4.25 Verificar, ao final do expediente do Campus Passo Fundo, se todas as janelas e portas estão devidamente fechadas;

5.4.26 Acompanhar as imagens geradas pelo serviço de vigilância por videomonitoramento, como forma de apoio aos seu trabalho de vigilância.

5.4.27. Operar sistemas de segurança, alarme, monitoramento e controle de acesso.

5.5. Para o profissional Auxiliar de Serviços Patrimoniais - ASP:

5.5.1 Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída;

5.5.2 Apresentar-se uniformizado, sempre barbeado, cabelos aparados e limpos, calçado engraxado;

5.5.3 Manter-se atento, ocupando permanentemente o local designado para o exercício de suas funções, não se afastando para atenderem chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros;

5.5.4 Deixar o posto, somente após o encerramento de seu turno, salvo em situações de absoluta necessidade, após ter alertado à chefia da emergência;

5.5.5 Controlar a entrada e saída de veículos, identificando o motorista e anotando em documento próprio o horário, o nome do motorista, as características e a placa do veículo;

5.5.6 Controlar a entrada e saída de materiais e equipamentos, observando que os materiais e bens patrimoniais de propriedade do CONTRATANTE só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Autorização para Saída de Materiais, após ser vistoriado, sendo imprescindível a sua descrição e número do patrimônio;

5.5.7 Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas pelo CONTRATANTE, anotando em documento próprio o horário, o nome, o número de identidade, o local de destino e tarefa a executar;

5.5.8 Acionar a iluminação dos pontos predeterminados pelo CONTRATANTE e verificar se todas as demais luzes do prédio se encontram desligadas;

5.5.9 Vistoriar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;

5.5.10 Colaborar com as Forças de Segurança, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do CONTRATANTE, facilitando, se possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

5.5.11 Observar a movimentação de indivíduos nas imediações do posto, contatando os vigilantes armados, para adoção das medidas de segurança, conforme orientação recebida de preposto da CONTRATADA, bem como as que entenderem oportunas;

5.5.12 Comunicar ao CONTRATANTE, todo acontecimento entendido irregular e que atente contra o patrimônio do CONTRATANTE;

5.5.13 Impedir todo o tipo de atividade que ofereça risco à segurança do CONTRATANTE;

5.5.14 Impedir a utilização do posto, para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

5.5.15 Executar a verificação das instalações patrimoniais, conforme as orientações recebidas do preposto, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias ao perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações;

5.5.16 Verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados, por ocasião da vistoria dos ambientes;

5.5.17 Acionar, de imediato, o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e prestar os primeiros socorros às possíveis vítimas;

5.5.18 Preencher corretamente todos os formulários de controle, assinando-os e colocando o número da matrícula, o nome do posto e entregá-los à unidade competente, ao término do turno;

5.5.19 Acompanhar e revistar, quando necessário, a saída de lixo e entulhos;

5.5.20 O ASP em serviço, quando da entrega do posto, comunicará ao substituto todas as ocorrências que deverão estar registradas no livro próprio, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves sob sua guarda, sendo que, o ASP que assumir deverá efetuar a vistoria em todo o ambiente do posto;

5.5.21 Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas fora do horário de expediente de trabalho, feriados e finais de semana, registrando em documento próprio a sua identificação e características;

5.5.22 Responder, junto à CONTRATADA, pelos bens patrimoniais do CONTRATANTE, eventualmente sob sua guarda, em casos de dano ou desaparecimento;

5.5.23 Proibir o ingresso de vendedores ambulantes e assemelhados nas instalações do Campus Passo Fundo sem que estejam prévia e devidamente autorizados pela CONTRATANTE;

5.5.24 Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao CONTRATANTE, em caso de desobediência;

5.5.25 Verificar, ao final do expediente do Campus Passo Fundo, se todas as janelas e portas estão devidamente fechadas;

5.5.26 Realizar o controle e a entrega física das chaves das salas;

5.5.27 Acompanhar as imagens geradas pelo serviço de vigilância por videomonitoramento, como forma de apoio ao seu trabalho de auxiliar de serviços patrimoniais;

5.5.28 Abrir e fechar portas, portões e cancelas;

5.5.29 Atender chamadas telefônicas;

5.5.30 Transferir chamadas telefônicas;

5.5.31 Receber, atender e encaminhar pessoas que busquem por informações;

5.5.32. Operar sistemas de segurança, monitoramento e controle de acesso.

5.6. Para os serviços de vigilância eletrônica e controle de acesso:

5.6.1. A CONTRATADA deverá instalar em local indicado pela CONTRATANTE, monitores para controle das imagens do circuito de monitoramento.

5.6.2. O sistema de videomonitoramento deverá possibilitar acesso remoto, para e somente os usuários indicados pela CONTRATANTE.

5.6.3. Os sistemas de alarmes instalados nos prédios 3, 5 e 7 passam a ser gerenciados pela CONTRATADA, ficando sob sua responsabilidade toda a operação e os custos necessários para a manutenção de seu funcionamento.

5.6.4. A manutenção de todo o sistema de videomonitoramento e controle de acesso ficará sob a responsabilidade da empresa CONTRATADA, devendo realizar manutenções preventivas e corretivas a fim de manter o pleno funcionamento do sistema. Quando identificada alguma falha nos equipamentos de monitoramento e/ou controle de acesso, a CONTRATADA deve providenciar a sua substituição em um prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

5.6.5. A CONTRATADA deverá realizar testes periodicamente, em intervalo não superior a 60 dias, visando verificar a integridade do sistema implantado, assim como, será responsável por toda manutenção corretiva do sistema, decorrente da interrupção do monitoramento ou do funcionamento do sistema em função de falhas de equipamentos, periféricos ou na infraestrutura.

5.6.6. O sistema deverá ter um Módulo de Armazenamento de Vídeo, com software específico, que comandará o funcionamento de câmeras com gravação de imagens em alta resolução;

5.6.7. As instalações deverão respeitar rigorosamente e de forma cumulativa as normas técnicas brasileiras, as orientações dos fabricantes, a segurança e o cuidado estético.

5.6.8. Caso o sistema de monitoramento reste inoperante, a CONTRATADA deslocará no prazo de 4 (quatro) horas, 1 (um) vigilante (CBO 5173-30) extra por turno, nos termos descrito neste Termo de Referência, ficando responsável pelas custas do serviço, até que seja normalizada a prestação de serviço de monitoramento.

5.6.8.1. Considera-se inoperante, quando 50% ou mais do total de câmeras contratadas estiverem indisponíveis.

Materiais a serem disponibilizados

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a completa execução dos serviços, sendo obrigação da Contratada o fornecimento, a instalação, a manutenção e substituição, conforme o caso.

5.7.1. A relação de insumos presente neste Termo de Referência não é exaustiva, o quantitativo abaixo é o estimativo mínimo, devendo a Contratada elencar na proposta todos suprimentos necessários para a execução dos serviços.

5.7.2. Para o vigilante armado:

5.7.2.1. Crachá de identificação para cada funcionário vigilante;

5.7.2.2. Revolver calibre 38 para cada posto de vigilante em serviço;

5.7.2.3. Cartela com munição calibre 38, com 10 unidades cada cartela, 4 cartelas por cada posto de vigilante;

5.7.2.4. Cassetete e porta cassetete para cada posto de vigilante em serviço;

5.7.2.5. Colete balístico homologado para cada vigilante;

5.7.2.6. Lanterna tipo holofote com 03 (três) pilhas ou baterias, pilhas ou baterias reserva para a lanterna, para cada posto de vigilante;

5.7.2.7. Um par de rádios de transmissão com capacidade de transmissão de 24 (vinte e quatro) horas, com alcance suficientes para promover a comunicação entre a portaria e as demais áreas do IFSul campus Passo Fundo, para cada posto de vigilante;

5.7.2.8. Um kit de equipamento de controle eletrônico de ronda para cada posto de vigilante;

5.7.2.9. Um cofre para guarda do armamento, munição e colete balístico;

5.7.2.10. Equipamentos de proteção individual - EPI.

5.7.3. Para o auxiliar de serviços patrimoniais - ASP:

5.7.3.1. Crachá de identificação para cada funcionário ASP;

5.7.3.2. Um par de rádios de transmissão com capacidade de transmissão de 24 (vinte e quatro) horas, com alcance suficientes para promover a comunicação entre a portaria e as demais áreas do IFSul campus Passo Fundo, para cada posto de ASP;

5.7.3.3. Equipamentos de proteção individual - EPI.

5.7.4. Para o serviço de videomonitoramento e controle de acesso:

5.7.4.1. Serão necessários fornecimento e instalação de insumos para os sistemas de videomonitoramento e controle de acesso, sendo que a relação de insumos presente neste item não é exaustiva, devendo a Contratada

elencar na proposta todos insumos e quantitativos necessários para a execução dos serviços: **Estes não podem ser removidos pela Contratada ao final da execução contratual**, sendo consideradas benfeitorias. São exemplos de insumos:

Cabo Lan categoria Cat5
Cabo óptico Drop F8 SM Fibras
Cabo flexível PP 2x1,5 mm²
Kit de instalação conectores, cintas e outros
Tubulação de 3/4 branca
Eletroduto flexível 1"
Poste para instalação de câmeras
Haste para extensão de posicionamento de câmera
Demais insumos necessários para a instalação do sistema de videomonitoramento e controle de acesso

5.7.4.2. Serão necessários o fornecimento e instalação de materiais para os sistemas de videomonitoramento e controle de acesso, sendo que a relação de materiais presente neste item não é exaustiva, devendo a Contratada elencar na proposta todos materiais e quantitativos necessários para a execução dos serviços. Estes podem ser removidos pela Contratada ao final da execução contratual. São exemplos de materiais:

Espelho convexo de 60 cm de diâmetro
Fonte adaptadora POE 48v 0,5A
Mini Rack de parede 19 polegadas
Caixa terminal óptica CTO 1X8 APC 6,5 A 12mm
Multitoc caixa hermetica baby 145x105x70
Placas de sinalização
Demais materiais necessários para a instalação do sistema de videomonitoramento e controle de acesso

5.7.4.3. Serão necessários o fornecimento e instalação de equipamentos para os sistemas de videomonitoramento e controle de acesso, sendo que a relação de equipamentos presente neste item não é exaustiva, devendo a Contratada elencar na proposta todos equipamentos e quantitativos necessários para a execução dos serviços, sendo o mínimo aceitável em quantidade e qualidade o relacionado abaixo. Estes podem ser removidos pela Contratada ao final da execução contratual. Compões a relação de equipamentos mínimos:

Descrição	Unidade	Quantidade
Gravador de vídeo - NVR para 32 canais compatível com h.265+ e h.265, suporte a câmeras IP com áudio, resolução de gravação 3840x2160 (4K), com inteligência de vídeo, compatível com HD 10 TB	Unidade	01
HD 10 TB Para NVR	Unidade	01
Câmera IP bullet externa, Full HD, 1920 (H) x 1080 (V), IR 30m, com microfone embutido, compressão de vídeo h.265, IP67, PoE.	Unidade	21
Câmera IP bullet externa, 4K, 3840 (H) x 2160 (V), IR 30m, inteligência perimetral, com microfone embutido, compressão de vídeo h.265, IP67, PoE.	Unidade	3
Smart TV 4K 42 polegadas para monitoramento das câmeras	Unidade	02
Switch gigabit 10/100/1000 com 5 portas	Unidade	07
Cancela automática, fluxo intenso, barreira 3,3 metros, com LED, sistema de detecção de obstáculo, pictogramas para orientação de fluxo.	Unidade	02

Uniformes

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.8.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.8.1.1. A contratada deverá fornecer 01 (um) conjunto completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.8.1.2. Para os Vigilantes Armados, cada conjunto compreende: 02 Calça social, 02 camisa social de mangas compridas, 02 camisa manga curtas, 01 cinto de nylon, 01 jaqueta de frio ou japona, 01 capa de chuva, 01 quepe ou boné com emblema, 01 cinto com coldre e baleiro, 01 par de botinas, 01 capa para colete balístico.

5.8.1.2.1. Para os Vigilantes ainda, anualmente deverá ser fornecido 01 par de botas de chuva, 01 apito, 01 cordão de apito e 01 porta cassetete.

5.8.1.3. Para os Auxiliares de Serviços Patrimoniais, cada conjunto compreende: 02 Calça social, 02 camisa social de mangas compridas, 02 camisa manga curtas, 01 cinto de nylon, 01 jaqueta de frio ou japona, 01 capa de chuva, 01 quepe ou boné com emblema, 01 par de tênis ou sapatos.

5.8.1.3.1. Para os Auxiliares de Serviços Patrimoniais ainda, anualmente deverá ser fornecido 01 par de botas de chuva.

5.8.1.4. O fornecimento dos uniformes nos prazos estabelecidos é dever da Contratada, independente de prévia solicitação da Fiscalização ou do funcionário.

5.8.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, de acordo com o clima da região onde o serviço será executado.

5.8.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.8.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.8.5. Não repassar os custos de qualquer um dos itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;

Requisitos para os profissionais dos serviços de vigilância armada

5.9. Os serviços deverão ser executados por profissional qualificado nos termos do art. 28 da Lei nº 14.967/2024.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Ao final da execução contratual, a Contratada deverá recolher os equipamentos cedidos em comodato, preservando as instalações de infraestrutura, e repassando a FISCALIZAÇÃO todo registro de imagens ou histórico de dados armazenados nos equipamentos e/ou sistemas.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

6.7.1 O preposto poderá ser um dos funcionários envolvidos na prestação dos serviços à CONTRATANTE.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.16. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19. O preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.25. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.26. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.27. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.28. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.

6.29. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.29.1. A Contratada deverá fornecer acesso ao sistema de ponto eletrônico dos funcionários alocados no contrato, para monitoramento em tempo real, com a possibilidade de emissão de relatórios.

6.30. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.31. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.32. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.33. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.34. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.

6.35. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.36. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:

6.36.1 se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;

6.36.2 se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;

6.36.3 se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.36.4 se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.37. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.38. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.

6.39. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:

6.39.1 se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.39.2 se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.40. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.41. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.42. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.43. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.43.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.43.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.43.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.43.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.43.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.43.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.43.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.43.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.43.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.43.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.43.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.43.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

- 6.43.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
- 6.43.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 6.43.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 6.43.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 6.43.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.43.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 6.43.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.43.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.43.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.44. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.43.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.45. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.43.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.46. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.47. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.48. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.49. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.50. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.51. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.52. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.53. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.
- 6.54. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.55. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.56. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.57. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.58. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.59. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.60. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.61. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.62. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.63. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.64. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.65. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:

6.65.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e

6.65.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.

6.66. As compensações de jornada limitam-se:

6.66.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e

6.66.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.

6.67. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

Gestor do Contrato

6.68. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.69. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.70. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.71. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.72. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.73. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.74. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Infrações e Sanções Administrativas

6.75. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.76. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

6.76.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.76.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.76.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais gr.

6.76.4. Multa.

6.76.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias.

6.76.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

6.76.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

6.76.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

6.76.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

6.76.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

6.76.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

6.76.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,1% (um décimo por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

6.77. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

6.78. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.79. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.80. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.81. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.82. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.82.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

6.82.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

6.83. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.83.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

6.83.2. as peculiaridades do caso concreto;

6.83.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.83.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

6.83.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.84. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

6.85. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

6.86. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

6.87. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.88. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. O fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1. o prazo de validade;

- 7.23.2. a data da emissão;
- 7.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.23.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.23.5. o valor a pagar; e
- 7.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.37. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.38. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.38.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.38.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.39. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.39.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.40. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.41. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.42. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.43. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.44. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.44.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.44.2 A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma.

7.44.2.1 Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.

7.44.3 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.45. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [indicar o índice a ser adotado], com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.46. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.47. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.48. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.49. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.50. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.51. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.52. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.53. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.54. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.55. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.56. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.57. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 (trinta) dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.58. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.59. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.60. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.61. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.62. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita[A1] no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.63. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.63.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Reajuste

7.64. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **19/12/2024**.

7.65. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.66. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.67. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.68. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.69. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.70. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.71. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

7.72. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.73. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.74. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.75. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.76. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.77. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Conta-Depósito Vinculada

7.78. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.79. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.80. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das

contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.81. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.82. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.83. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.83.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.83.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.83.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.83.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.83.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.84. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.85. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.86. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.87. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.88. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.89. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.90. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO DO GRUPO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Ato de autorização** para o exercício da atividade de segurança privada, expedido pelo Departamento de Polícia Federal nos termos da lei n.º 14.967/2024.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado anual da contratação;

8.23.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado anual da contratação;

8.23.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.23.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.24. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo III deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.24.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.24.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.27.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.27.2. Autorização de funcionamento nos termos do art. 4º da Lei nº 14.967/2024.

Qualificação Técnico-Operacional

8.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.29.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.30. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.31. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.32. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.33. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.35. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.316.252,40

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.316.252,40 (quatro milhões trezentos e dezesseis mil duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 158338;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 231512;

IV) Elemento de Despesa: 339037;

V) Plano Interno: L20RLP0110N;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLEITON XAVIER DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/02/2025 às 09:15:48.

GUSTAVO CARDOSO BORN

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/02/2025 às 09:24:33.

LUCAS VANINI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/02/2025 às 09:18:18.

ANGELO MARCOS DE FREITAS DIOGO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/02/2025 às 09:49:09.

Documento Digitalizado Público

Termo de Referência Retificado

Assunto: Termo de Referência Retificado
Assinado por: Cleiton Santos
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Cleiton Xavier dos Santos, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD0004 - PF-DEAP**, em 28/02/2025 09:57:14.

Este documento foi armazenado no SUAP em 28/02/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 814559
Código de Autenticação: b1661b1c10



16.11.1.1. APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar 7/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23165.000236.2024-44

2. Descrição da necessidade

O IFSul câmpus Passo Fundo possui a necessidade de garantir condições de segurança patrimonial e controle de acesso de pessoas e veículos na área do câmpus.

Para esta necessidade, objetiva-se a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância armada, auxiliar de serviços patrimoniais e vigilância eletrônica por monitoramento local com instalação de circuito fechado de CFTV no IFSul campus Passo Fundo, com equipamentos fornecidos em regime de comodato.

O câmpus não possui em seu quadro de pessoal, servidores aptos para realizar os serviços necessários para a vigilância e segurança patrimonial, objetivando resguardar o patrimônio público.

Atualmente o câmpus possui um posto de vigilância diurna e um posto de vigilância noturna, e neste último ano enfrentou incidentes de arrombamentos com furtos nos prédio 05 e 07. Fato que motivou a adição de um posto extra de vigilância noturna, de forma temporária.

Como medida complementar de segurança, se aponta como necessário a instalação de circuito fechado de TV para para monitoramento, com ampliação da capacidade de vigilância. Outro ponto a se observar é o controle de acesso, que no momento não dispõe de qualquer equipamento ou sistema para auxiliar no controle.

Outra questão a se planejar é a configuração de trabalho dos porteiros em conjunto com vigilantes. Hoje estes profissionais estão em contratos diferentes, ocasionando um risco de vinculação e dificuldade de gestão das atividades. O novo contrato deve observar estas condições.

Desta forma, o objeto em análise pode ser dividido em três partes, uma delas a vigilância armada, com objetivo de agir em situações de risco ao patrimônio e aos seus ocupantes. Outro ponto é o controle de acesso ao câmpus e aos seus ambientes, com utilização de sistemas de monitoramento e acesso. E uma terceira parte é o sistema de videomonitoramento e controle de acesso, com comodato de equipamentos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PF-DEAP	Cleiton Xavier dos Santos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Natureza e classificação dos serviços

4.1.1 A contratação enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do artigo, 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, uma vez possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.1.2 Considerando o enquadramento acima e de modo a cumprir as determinações da Lei nº 14.133, de 2021, e da IN SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, o processo licitatório deve ser realizado na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço.

4.1.3 Os serviços vigilância patrimonial consistem em serviços de natureza continuada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, pois a sua interrupção pode comprometer as atividades desempenhadas pelo campus Passo Fundo, conseqüentemente, causar danos ao patrimônio público bem como comprometer o alcance das metas institucionais. Trata-se, portanto, de atividade que deve ser prestada de maneira contínua, estendendo-se assim por mais de um exercício financeiro, não devendo sofrer interrupções ou descontinuidade da prestação.

4.1.4 Os serviços de vigilância patrimonial deverão ser prestados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra uma vez que: os empregados do contratado ficarão à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços; o contratado não compartilhará os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e o contratado possibilitará a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocado no contrato.

4.2 Prazo de vigência da contratação

4.2.1 A duração inicial do contrato será de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.2 Conforme determina o artigo 106, da Lei nº 14.133/21, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observando as diretrizes de maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual; da existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção no início da contratação e de cada exercício; podendo extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

4.2.3 O alcance da melhor solução tem relação direta com a atratividade para as melhores empresas em prestar o serviço para a Administração e o maior prazo de vigência, visto que propicia ao mercado um ambiente de segurança quanto à estabilidade contratual, permitindo melhor equacionamento e diluição dos custos indiretos em maior prazo.

4.3 Regime de Execução

4.3.1 O regime de execução será o da empreitada pelo preço global uma vez que as características qualitativas e quantitativas do objeto serão previamente definidas no edital, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros.

4.4 Padrões mínimos de qualidade e desempenho

4.4.1 A execução dos serviços deverá obedecer os padrões mínimos de qualidade e desempenho previstos neste estudo e Termo de Referência, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MP, Portaria nº 18.045/2023 DG/PF e demais legislações pertinentes, no que couber.

4.4.2 Na prestação de serviços de vigilância patrimonial, a contratação de pessoa jurídica envolve fornecimento de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva, devendo atender os requisitos descritos na Lei nº 14.967/2024, tanto para que as empresas especializadas possam operar, como para o exercício da profissão.

4.4.3 Considera-se vigilância patrimonial, nos termos da referida Portaria, a atividade exercida dentro dos limites dos estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio no local ou nos eventos sociais.

4.4.4 Nesta contratação, considera-se "Prestação de Serviços de Vigilância Armada" as atividades desenvolvidas com a finalidade de proceder à vigilância patrimonial dos estabelecimentos públicos, executadas por profissional qualificado, nos termos da Lei nº 14.967/2024, ou seja, vigilante.

4.4.5 Considera-se "Prestação de serviço de Auxiliar de Serviços Patrimoniais" as atividades desenvolvidas com a finalidade de auxiliar a vigilância patrimonial dos estabelecimentos públicos, executadas por profissional qualificado, nos termos do inciso IV do Artigo 2º da Portaria nº 18.045/2023 DG/PF, ou seja, profissional de segurança privada, aqui denominado de Auxiliar de Serviços Patrimoniais - ASP.

4.4.6 Considera-se "Serviços de Vigilância Eletrônica" as atividades desenvolvidas com a finalidade de possibilitar o monitoramento de vários locais em um único ponto - Central de Monitoramento - centralizando o gerenciamento e facilitando a tomada de decisões, auxiliando assim a vigilância armada e desarmada.

4.4.7 Os empregados da contratada ficarão à disposição nas dependências da contratante.

4.4.8 Os empregados utilizarão uniformes em condições apresentáveis e nas especificações determinadas no Termo de Referência.

4.4.9 Será firmado entre o órgão/entidade e a empresa contratada o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea.

4.5 Requisitos das Empresas Especializadas em Serviços de Vigilância

4.5.1 As empresas de vigilância, para operarem nos Estados, Territórios e Distrito Federal, deverão observar a Lei nº 14.967/2024 e a Portaria 18.045/2023 DG/PF.

4.5.2 São requisitos essenciais para que as empresas especializadas operem nos Estados, Territórios e Distrito Federal:

1. Autorização de funcionamento concedida conforme o art. 2 da Lei nº 14.967/2024;
2. Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal.

4.5.3 Além das condições acima elencadas, as empresas deverão atender as seguintes condições previstas na Lei nº 14.967/2024:

1. Os diretores e demais empregados das empresas de vigilância não poderão ter antecedentes criminais registrados (art. 19 da Lei nº 14.967/2024);

4.5.4 A licitante vencedora deverá comprovar o atendimento das exigências acima no momento da assinatura do Contrato.

4.6 Requisitos do profissional dos serviços de Vigilância - Vigilante

4.6.1 O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o seguinte: 5173-30 - Vigilante.

4.6.2 Os serviços de vigilância serão executados por profissional qualificado nos termos da Lei nº 14.967/2024.

4.6.3 Para o exercício da profissão, o **vigilante** deverá preencher os seguintes requisitos, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.967/2024:

1. Ser Brasileiro;
2. Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
3. Ter instrução mínima correspondente à quarta série do primeiro grau;
4. Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 14.967/2024;
5. Ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicotécnico;
6. Não ter antecedentes criminais registrados;
7. Estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

4.7 É assegurado ao vigilante:

1. Uniforme especial às expensas da empresa a que se vincular;
2. Porte de arma, quando em serviço;
3. Prisão especial por ato decorrente do serviço;
4. Seguro de via em grupo, feito pela empresa empregadora.

4.8 Requisitos do profissional dos serviços de Vigilância - Auxiliar de Serviços Patrimoniais - ASP

4.8.1 O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o seguinte: 5174-20 - Auxiliar de Serviços Patrimoniais.

4.9 Requisitos do sistema de monitoramento eletrônico

4.9.1 O sistema de monitoramento eletrônico local – TIPO CFTV tem como principal escopo possibilitar o monitoramento de vários locais em um único ponto - Central de Monitoramento - centralizando o gerenciamento e facilitando a tomada de decisões, complementando a vigilância convencional na defesa ao patrimônio do IFSul câmpus Passo fundo.

4.9.2 O câmpus Passo Fundo possui uma área de aproximadamente 5 hectares, com 7 prédios construídos. O monitoramento eletrônico de ser instalado de forma a possibilitar o monitoramento externo dos 7 prédios, bem como as entradas e saídas do campus, áreas coletivas de circulação de pessoas, quadra poliesportiva, pátio, estacionamento e salas modulares.

4.9.3 Os locais onde serão instaladas as câmeras de monitoramento estão definidos e constam no anexo 1. Os pontos de instalação poderão ser alterados caso a CONTRATADA identifique deficiência de cobertura na área a ser monitorada e desde que tenha anuência do Ifsul câmpus Passo Fundo.

4.9.4 Para auxiliar no monitoramento dos acessos ao campus, deverá ser instalado duas cancelas para controlar o acesso de veículos ao estacionamento interno do Ifsul câmpus Passo Fundo.

4.9.5 Todos os equipamentos necessários ao monitoramento eletrônico e monitoramento dos acessos ao câmpus deverão ser fornecidos em regime de comodato.

4.10 Local e horário da prestação dos serviços

4.10.1 Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: Estrada Perimetral Leste, 150 São Cristóvão II Passo Fundo - RS 99064-440.

4.10.2 Os serviços de vigilância armada (**vigilante**) a serem contratados, seguirão as seguintes escalas:

1. 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, das 7h às 19h, envolvendo 01 posto de trabalho com 01 (um) vigilante por turno de 12 (doze) trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso; e
2. 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, das 19h às 7h, envolvendo 02 postos de trabalho com 02 (dois) vigilantes por turno de 12 (doze) trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso.

4.10.3 Os serviços de **auxiliar de serviços patrimoniais - ASP** a serem contratados, seguirão as seguintes escalas:

1. 44 horas semanais, diurnas, de segunda-feira a sábado, envolvendo 02 postos de trabalho com 02 (dois) auxiliar de serviços patrimoniais.
2. 44 horas semanais, noturnas, de segunda-feira a sábado, envolvendo 02 postos de trabalho com 02 (dois) auxiliar de serviços patrimoniais.

4.10.4 Os serviços de vigilância eletrônica a serem contratados devem funcionar de segunda a domingo 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas.

4.11 Mecanismo de controle interno para riscos de descumprimento de obrigações trabalhistas

4.11.1 Em cumprimento ao §2º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017, a contratante optou pela utilização da Conta-Depósito Vinculada bloqueada para movimentação com o objetivo de mitigar a responsabilização da Administração Pública, garantindo os recursos necessários para o cumprimento de obrigações sociais e trabalhistas, em caso de inadimplemento da contratada durante a execução do contrato, bem como na extinção ou rescisão do contrato administrativo.

4.11.2 Justifica-se sua adoção com base na possibilidade do depósito das verbas obrigatórias serem parceladas mensalmente e descontadas do valor da fatura mensal a ser paga à contratada. Assim, o valor depositado correspondente às provisões destinadas ao pagamento de férias, 13º salário e verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato é controlado mês a mês pela Administração além de ser diluído, não comprometendo o caixa da empresa contratada.

4.11.3 Além da adoção da Conta Vinculada, serão adotados os seguintes controles para mitigação dos riscos:

1. o pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços;
2. no momento da assinatura do contrato, a contratada deverá autorizar a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no subitem 3.1 do Anexo VII-F da IN nº 05/2017;
3. no momento da assinatura do contrato, a contratada deverá autorizar a contratante a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos em até quinze dias dos prazos legais.

4.12 Requisitos de Habilitação Jurídica

4.12.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.12.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

4.12.1.2 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

4.12.1.3 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

4.12.1.4 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

4.12.1.5 Ato de autorização de funcionamento ou alvará de revisão de autorização de funcionamento emitido pelo Departamento de Polícia Federal, conforme estabelece a Lei nº 14.967 de 09 de setembro de 2024, e no Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983.

4.12.1.6 Certificado de Segurança Válido, emitido por parte do Departamento de Polícia Federal e publicado no DOU por meio do qual se atesta a vistoria das instalações da empresa, nos termos dos arts. 8º e 9º, da Portaria DG/DPF nº 3.233/2012, atualizada e Portaria CGCSP nº 30.569/2013.

4.12.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.12.3 Em cumprimento à Lei nº 14.133/2021, apresentamos abaixo as justificativas quanto à não participação de consórcios, cooperativas, organizações sociais, sociedades estrangeiras, microempreendedores individuais, pessoas físicas e instituições sem fins lucrativos nesta licitação:

4.12.3.1 Consórcios

Não será admitida a possibilidade de empresas concorrerem em consórcio, considerando que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso desta contratação. No mais, a participação de consórcio apresentaria a dificuldade em limitar procedimentos e atribuir responsabilidade em caso de falhas.

4.12.3.2 Cooperativas

Não devem participar as cooperativas de trabalho, considerando que no objeto ora licitado não há possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e o cooperados. A execução compartilhada ou em rodízio, ainda traria dificuldades significativas no cumprimento de procedimentos internos, na fiscalização e avaliação da execução dos serviços, como a identificação de responsáveis por eventuais falhas ou descumprimentos nas obrigações contratuais, direcionamento de solicitações de informações e reclamações, perda na eficiência esperada quanto ao atendimento dos prazos e exposição ao risco de desnivelamento dos padrões de qualidade.

4.12.3.3 OSCIP e instituições sem fins lucrativos

Não devem participar organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746 /2014-TCU-Plenário) e instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017).

4.12.3.4 Pessoas físicas

Em atendimento ao art. 4º, parágrafo único da IN SEGES/ME nº 116, de 2021, justifica-se a impossibilidade de participação de pessoa física na licitação uma vez que esta contratação necessita que licitante tenha estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto, sendo incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

4.12.3.5 Microempreendedor Individual - MEI

Justifica-se a impossibilidade de participação de Microempreendedor Individual - MEI tendo em vista que esta contratação trata-se de modalidade de cessão ou locação de mão de obra, sendo vedada a execução de tais atividades por tais empresas, nos termos do art. 112, caput e §§ 1º a 4º da Resolução CGSN nº 140, de 2018.

4.13 Requisitos de Habilitação Fiscal, social e Trabalhista

Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.13.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

4.13.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.13.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

4.13.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.13.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

4.13.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

4.13.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.14 Requisitos de Qualificação Econômico-Financeira

Uma vez que se trata de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, em conformidade com item 11.11 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP nº 5/2017, a licitante deverá comprovar possuir as seguintes condições de qualificação econômico-financeira:

4.14.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples.

4.14.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

4.14.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

4.14.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

4.14.3.2 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

4.14.3.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.14.3.4 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.14.3.5 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

4.14.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

4.14.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4.14.6 Justificativa para tais exigências: Tais exigências são necessárias por tratar-se de serviços que com dedicação exclusiva de mão de obra, visando assim mitigar os riscos de possíveis inadimplementos das obrigações trabalhistas durante a execução do contrato, estando tais exigências em consonância as disposições do item 11.11 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP nº 5/2017 e

do Relatório apresentado pelo Grupo de Estudos de Contratação e Gestão de Contratos de Terceirização de Serviços Continuados na Administração Pública Federal, conforme Acórdão nº 1214/2013- TCU-Plenário.

4.15 Requisitos de Qualificação Técnica

4.15.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.15.1.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.15.1.2. Autorização de funcionamento nos termos do art. 4º da Lei nº 14.967/24.

4.16 Requisitos de Qualificação Técnico-Operacional

Por se tratar de contratação de serviços por postos de trabalho (alínea “c”, do subitem 10.6, da IN nº 05/2017), a licitante deverá comprovar possuir as seguintes condições de qualificação técnico-operacional:

4.16.1 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.16.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.16.2.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

4.16.2.2 Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

4.16.2.3 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

4.16.2.4 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.16.2.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

4.16.2.6 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

4.16.2.7 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

4.16.2.8 A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

4.16.2.9 Justificativa para tais exigências: Tais exigências são necessárias por tratar-se de serviços que requerem a qualificação e nível de experiência mínimo para atender as normas aplicáveis aos mesmos, de forma a afastar empresas que não possuam qualificação e experiência mínima necessária para a realização dos serviços de forma satisfatória e nos níveis de qualidade e segurança exigidos pela legislação, em especial o item 10.7 do Anexo VII-A da IN nº 05/2017.

4.17 Subcontratação

4.17.1 Somente será admitida subcontratação para a instalação/manutenção dos serviços de vigilância eletrônica, contudo, a operação do sistema devere ser realizado pela CONTRATADA, no local da prestação dos serviços.

4.18 Garantia de execução

4.18.1 Será exigida garantia de execução no percentual de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, tendo em vista o expressivo valor estimado do contrato, bem como pelo fato do contrato envolver riscos de descumprimento de obrigações trabalhistas, nos termos do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa Seges/MP nº 5, de 2017.

4.18.2 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.18.3 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.19 Vistoria

4.19.1 Deve ser facultado às interessadas realizar vistoria às dependências da unidade, com o intuito de conhecer as características do local onde devem ser prestados os serviços, as condições e as peculiaridades dos serviços a executar, bem como para reunir outros consistentes subsídios para a formulação de sua proposta.

4.19.2 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.19.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.20 Do agrupamento de itens:

4.20.1. Os postos de vigilante armado e de auxiliar de serviços patrimoniais, constam na mesma Convenção Coletiva de Trabalho - CCT.

4.20.2. As empresas de vigilância armada, em sua maioria dispõem dos serviços de ambos os profissionais.

4.20.3. É necessário que haja coordenação entre os membros da equipe de vigilância, trabalhando em conjunto para a melhor prestação dos serviços.

4.20.4. A contratação visa utilizar a tecnologia da vigilância eletrônica para que os serviços de vigilância sejam realizados de forma mais eficaz.

4.20.5. O valor dos serviços de mão de obra para vigilância armada e ASP são significativamente superiores aos custos de vigilância eletrônica.

4.20.6. Algumas empresas especializadas em vigilância, possuem no rol de serviços prestados, o serviço de vigilância eletrônica, com fornecimento, instalação, manutenção e operação dos sistemas.

4.20.7. Na ausência de pessoal no corpo de funcionários da empresa para a instalação e manutenção de equipamentos de vigilância eletrônica, esta parcela do contrato pode ser subcontratada, sem comprometer a execução do objeto.

4.20.8. Considerando os pontos acima, o agrupamento traria vantagens na gestão do contrato, com a responsabilidade de toda a solução de vigilância recaindo sobre uma contratada.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Considerando-se que o IFSul campus Passo Fundo não dispõe de servidores para realizar os serviços de vigilância, o procedimento a ser adotado é a terceirização do serviço por meio de contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de vigilância patrimonial com monitoramento eletrônico local com circuito fechado de CFTV.

5.2 Considerando o cenário brasileiro no que tange às empresas fornecedoras de mão de obra terceirizada, tem-se que há total domínio do mercado sobre o objeto a ser contratado, uma vez que existem inúmeras empresas, em nível nacional, regional e estadual, disponíveis, a qualquer tempo, para atendimento desse tipo de demanda. Tal fato, por si só, confere a possibilidade de ampla participação na licitação de empresas especializadas, favorecendo a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa.

5.3 À vista disso, após avaliação do objeto, análise dos requisitos da contratação e levantamento de mercado, restou demonstrado que a escolha do tipo de solução a contratar é viável, promove a competição, satisfaz os requisitos definidos e

atende aos aspectos de economicidade, eficácia e eficiência, sendo, portanto, uma solução adequada para propiciar o atingimento dos objetivos estabelecidos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 VIGILANCIA

Na prestação dos serviços de vigilância, nos postos fixados pelo CONTRATANTE, as atribuições mínimas dos profissionais será:

6.1.1 VIGILANTE

6.1.1.1 - Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída;

6.1.1.2 - Apresentar-se uniformizado, sempre barbeado, cabelos aparados e limpos, calçado engraxado;

6.1.1.3 - Manter-se atento, ocupando permanentemente o local designado para o exercício de suas funções, não se afastando para atenderem chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros;

6.1.1.4 - Deixar o posto, somente após o encerramento de seu turno, salvo em situações de absoluta necessidade, após ter alertado à chefia da emergência;

6.1.1.5 - Controlar a entrada e saída de veículos, identificando o motorista e anotando em documento próprio o horário, o nome do motorista, as características e a placa do veículo;

6.1.1.6 - Controlar a entrada e saída de materiais e equipamentos, observando que os materiais e bens patrimoniais de propriedade do CONTRATANTE só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Autorização para Saída de Materiais, após ser vistoriado, sendo imprescindível a sua descrição e número do patrimônio;

6.1.1.7 - Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas pelo CONTRATANTE, anotando em documento próprio o horário, o nome, o número de identidade, o local de destino e tarefa a executar;

6.1.1.8 - Acionar a iluminação dos pontos predeterminados pelo CONTRATANTE e verificar se todas as demais luzes do prédio se encontram desligadas;

6.1.1.9 - Vistoriar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;

6.1.1.10 - Colaborar com as Polícias Civil e Militar, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do CONTRATANTE, facilitando, se possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

6.1.1.11 - Observar a movimentação de indivíduos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança, conforme orientação recebida de preposto da CONTRATADA, bem como as que entenderem oportunas;

6.1.1.12 - Comunicar ao CONTRATANTE, todo acontecimento entendido irregular e que atente contra o patrimônio do CONTRATANTE;

6.1.1.13 - Impedir todo o tipo de atividade que ofereça risco à segurança do CONTRATANTE;

6.1.1.14 - Impedir a utilização do posto, para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

6.1.1.15 - Executar a(s) ronda(s), conforme as orientações recebidas do preposto, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias ao perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações;

6.1.1.16 - Verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados, por ocasião da vistoria dos ambientes;

6.1.1.17 - Acionar, de imediato, o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e prestar os primeiros socorros às possíveis vítimas;

6.1.1.18 - Preencher corretamente todos os formulários de controle, assinando-os e colocando o número da matrícula, o nome do posto e entregá-los à unidade competente, ao término do turno;

6.1.1.19 - Acompanhar e revistar, quando necessário, a saída de lixo e entulhos;

6.1.1.20 - O vigilante em serviço, quando da entrega do posto, comunicará ao substituto todas as ocorrências que deverão estar registradas no livro próprio, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves sob sua guarda, sendo que, o vigilante que assumir deverá efetuar a vistoria em todo o ambiente do posto;

6.1.1.21 - Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas fora do horário de expediente de trabalho, feriados e finais de semana, registrando em documento próprio a sua identificação e características;

6.1.1.22 - Responder, junto à CONTRATADA, pelos bens patrimoniais do CONTRATANTE, eventualmente sob sua guarda, em casos de dano ou desaparecimento;

6.1.1.23 - Proibir o ingresso de vendedores ambulantes e assemelhados nas instalações do Campus Passo Fundo sem que estejam prévia e devidamente autorizados pela CONTRATANTE;

6.1.1.24 - Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao CONTRATANTE, em caso de desobediência;

6.1.1.25 - Verificar, ao final do expediente do Campus Passo Fundo, se todas as janelas e portas estão devidamente fechadas;

6.1.1.26 - Acompanhar as imagens geradas pelo serviço de vigilância por videomonitoramento, como forma de apoio aos seu trabalho de vigilância.

6.1.2 AUXILIAR DE SERVIÇOS PATRIMONIAIS - ASP

6.1.2.1 - Cumprir a escala de serviço, observando pontualmente os horários de entrada e saída;

6.1.2.2 - Apresentar-se uniformizado, sempre barbeado, cabelos aparados e limpos, calçado engraxado;

6.1.2.3 - Manter-se atento, ocupando permanentemente o local designado para o exercício de suas funções, não se afastando para atenderem chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros;

6.1.2.4 - Deixar o posto, somente após o encerramento de seu turno, salvo em situações de absoluta necessidade, após ter alertado à chefia da emergência;

6.1.2.5 - Controlar a entrada e saída de veículos, identificando o motorista e anotando em documento próprio o horário, o nome do motorista, as características e a placa do veículo;

6.1.2.6 - Controlar a entrada e saída de materiais e equipamentos, observando que os materiais e bens patrimoniais de propriedade do CONTRATANTE só serão liberados mediante apresentação do Formulário de Autorização para Saída de Materiais, após ser vistoriado, sendo imprescindível a sua descrição e número do patrimônio;

6.1.2.7 - Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas pelo CONTRATANTE, anotando em documento próprio o horário, o nome, o número de identidade, o local de destino e tarefa a executar;

6.1.2.8 - Acionar a iluminação dos pontos predeterminados pelo CONTRATANTE e verificar se todas as demais luzes do prédio se encontram desligadas;

6.1.2.9 - Vistoriar se os aparelhos elétricos estão desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções em contrário;

6.1.2.10 - Colaborar com as Polícias Civil e Militar, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do CONTRATANTE, facilitando, se possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

6.1.2.11 - Observar a movimentação de indivíduos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança, conforme orientação recebida de preposto da CONTRATADA, bem como as que entenderem oportunas;

6.1.2.12 - Comunicar ao CONTRATANTE, todo acontecimento entendido irregular e que atente contra o patrimônio do CONTRATANTE;

6.1.2.13 - Impedir todo o tipo de atividade que ofereça risco à segurança do CONTRATANTE;

6.1.2.14 - Impedir a utilização do posto, para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

6.1.2.15 - Executar a(s) ronda(s), conforme as orientações recebidas do preposto, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias ao perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações;

6.1.2.16 - Verificar a existência de objetos, pacotes ou embrulhos suspeitos abandonados, por ocasião da vistoria dos ambientes;

6.1.2.17 - Acionar, de imediato, o Corpo de Bombeiros, se necessário, pelo telefone e prestar os primeiros socorros às possíveis vítimas;

6.1.1.18 - Preencher corretamente todos os formulários de controle, assinando-os e colocando o número da matrícula, o nome do posto e entregá-los à unidade competente, ao término do turno;

6.1.2.19 - Acompanhar e revistar, quando necessário, a saída de lixo e entulhos;

6.1.2.20 - O ASP em serviço, quando da entrega do posto, comunicará ao substituto todas as ocorrências que deverão estar registradas no livro próprio, bem como, entregando-lhe todo o material e as chaves sob sua guarda, sendo que, o ASP que assumir deverá efetuar a vistoria em todo o ambiente do posto;

6.1.2.21 - Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas fora do horário de expediente de trabalho, feriados e finais de semana, registrando em documento próprio a sua identificação e características;

6.1.2.22 - Responder, junto à CONTRATADA, pelos bens patrimoniais do CONTRATANTE, eventualmente sob sua guarda, em casos de dano ou desaparecimento;

6.1.2.23 - Proibir o ingresso de vendedores ambulantes e assemelhados nas instalações do Campus Passo Fundo sem que estejam prévia e devidamente autorizados pela CONTRATANTE;

6.1.2.24 - Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao CONTRATANTE, em caso de desobediência;

6.1.2.25 - Verificar, ao final do expediente do Campus Passo Fundo, se todas as janelas e portas estão devidamente fechadas;

6.1.2.26 - Realizar o controle e a entrega física das chaves das salas.

6.1.2.27 - Acompanhar as imagens geradas pelo serviço de vigilância por videomonitoramento, como forma de apoio aos seu trabalho de auxiliar de serviços patrimoniais;

6.1.2.28 - Abrir portas e portões e cancelas;

6.1.2.29 - Atender chamadas telefônicas;

6.1.2.30 - Transferir chamadas telefônicas;

6.1.2.31 - Receber, atender e encaminhar pessoas que busquem por informações;

6.2 VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

6.2.1 A solução proposta envolve o fornecimento de materiais destinados à instalação de sistema de monitoramento eletrônico - Circuito Fechado de TV (CFTV) no Ifsul campus Passo Fundo instalado em regime de comodato.

6.2.2 Os serviços a serem prestados incluem a instalação no mínimo dos equipamentos necessários e adiante especificados em regime de comodato. O monitoramento local deverá ocorrer 24 horas por dia ininterruptamente e durante a vigência do contrato:

Descrição	Unidade	Quantidade
NVR para 24 canais compatível com h.265+ e h.265, suporte a câmeras IP com áudio.	Unidade	01
HD 3 TB Para NVR	Unidade	01
Câmera IP, externa 1080p 120°	Unidade	05
Câmera IP, externa 1080p 90°	Unidade	13
Câmera IP, externa 1080p 60°	Unidade	05
Câmera IP, externa 1080p 45°	Unidade	01
Espelho convexo de 60 cm de diâmetro	Unidade	01

Câmera IP leitura de placa LPR	Unidade	02
Cancela automática (acionamento a definir, câmera ou tag)	Unidade	02
Fonte adaptadora POE 48v 0,5A	Unidade	24
Smart TV full HD 42 polegadas para monitoramento das câmeras	Unidade	02
Switch gigabit 10/100/1000 com 5 portas	Unidade	07
Mini Rack de parede 19 polegadas	Unidade	07
Cabo Lan categoria Cat5	Metros	1200
Cabo óptico Drop F8 SM Fibras	Metros	600
Caixa terminal óptica CTO 1X8 APC 6,5 A 12mm	Unidade	02
Multitoc caixa hermetica baby 145x105x70	Unidade	24
Cabo flexível PP 2x1,5 mm ²	Metros	500
Kit de instalação conectores, cintas e outros	kit	01
Tubulação de 3/4 branca	Metros	250
Poste para instalação de câmeras	Unidade	02
Aste para extensão de posicionamento de câmera	Unidade	02
Mão de obra para instalação do sistema	Unidade	01
Demais materiais necessários para a instalação do sistema de monitoramento conforme posicionamento das câmeras e cancelas constantes no anexo 1	Unidade	01

6.2.3 A cancela com acionamento automático será instalada em local a ser definido pela CONTRATANTE, acionada por câmera de leitura de placas bem como por acionamento eletrônico para controle de acesso de veículos ao estacionamento interno do campus.

6.2.4 Os sistemas de alarmes instalados nos prédios 3, 5 e 7 passam a ser gerenciados pela CONTRATADA, ficando sob sua responsabilidade todos os custos necessários para o seu funcionamento.

6.2.5 A manutenção de todo o sistema de monitoramento eletrônico ficará sob a responsabilidade da empresa CONTRATADA, devendo realizar manutenções preventivas e corretivas a fim de manter o pleno funcionamento do sistema. Quando identificada alguma falha nos equipamentos de monitoramento, a CONTRATADA deve providenciar a sua substituição em um prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

6.3 MATERIAIS E DEMAIS OBRIGAÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Para que a CONTRATANTE execute os serviços de forma adequada, são previstos as seguintes obrigações e o emprego dos seguintes materiais:

6.3.1 Fornecer uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida nos postos, sem repasse de custos aos empregados, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, conforme relação a seguir: calça social, camisa social de mangas compridas e curtas, cinto de nylon, sapatos, meias, quepe com emblema, jaqueta de frio ou japona, capa de chuva, crachá, revólver calibre 38, cinto com coldre e baleiro, munição calibre 38, distintivo tipo broche, livro de ocorrência, cassete, porta cassete, apito individual com longo alcance, cordão de apito, 01 (uma) lanterna tipo holofote com 03 (três) pilhas ou baterias, pilhas ou baterias reserva para a lanterna.

6.3.2 Substituir os uniformes, a cada 06 (seis) meses, sendo 02 (dois) conjuntos para cada empregado. Se antes dos 06 (seis) meses o uniforme apresentar algum desgaste ou defeito o mesmo deverá ser substituído imediatamente;

6.3.3 Não repassar os custos de qualquer um dos itens de uniforme e equipamentos a seus empregados;

6.3.4 Fornecer armas, munições e respectivos acessórios ao vigilante, no momento da implantação dos postos;

6.3.5 Oferecer munições de procedência do fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma o uso de munições recarregadas;

6.3.6 Prover toda a mão-de-obra necessária para garantir a operação do posto, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, faltas ao serviço, demissão e outros análogos; obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

6.3.7 Fornecer aos seus empregados, até o 5º dia útil do mês em referência: auxílio-alimentação integral para os dias trabalhados no mês, transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte integral correspondente aos dias trabalhados no mês, e qualquer outro benefício que se torne necessário ao bom e completo desempenho de suas atividades;

6.3.8 Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e quaisquer outros, em decorrência da sua condição de empregadora, apresentando mensalmente ao setor competente do CONTRATANTE, a comprovação do recolhimento do FGTS e INSS referente à força de trabalho alocada às atividades objeto desta licitação, sem o que não serão liberados os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas apresentadas ao CONTRATANTE para liquidação;

6.3.9 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes dos quais venham a serem vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e pelas demais exigências legais para o exercício da atividade de vigilância em geral;

6.3.10 Fazer seguro de seus empregados contra risco de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros decorrentes de sua condição de empregador, resultantes da execução do Contrato, conforme exigência legal;

6.3.11 Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, efetuando a reposição da mão-de-obra, em caráter imediato e na eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho;

6.3.12 Responder por danos e desaparecimento de bens materiais, e avarias que venham a serem causados por seus empregados ou preposto, a terceiros ou ao próprio local de serviço, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 120, da Lei n.º 14.133/21;

6.3.13 Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços contratados;

6.3.14 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, tais como salários, transporte, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados ou a terceiros, decorrentes do desempenho dos serviços objeto do Contrato, ficando ainda o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício ou de qualquer natureza, com os mesmos;

6.3.15 Pagar os salários dos seus empregados através de Conta Salário, devendo a CONTRATADA providenciar toda a documentação necessária para a abertura das contas, sem nenhum repasse de custos ao empregado;

6.3.16 Manter, no local de trabalho, cofre em perfeito estado de uso e conservação e com identificação da empresa para eventual guarda de armas e munições;

6.3.17 Disponibilizar 02 (dois) rádios de transmissão com alcance suficiente para promover a comunicação entre a portaria e as demais áreas do Ifsul campus Passo Fundo, devem ainda ter a capacidade de transmissão de 24 (vinte e quatro) horas;

6.3.18 Disponibilizar 02 (dois) equipamentos de controle eletrônico de ronda.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para quantificar a força de trabalho para a vigilância armada, foi necessário ajustar à quantidade de pessoal aos recursos disponíveis, ampliando 1 posto de vigilância somente no noturno. Restando a seguinte configuração:

Para as atividades de vigilância armada:

- 1 Posto de vigilância armada diurna, 12h diárias.
- 2 Postos de vigilância armada noturna, 12h diárias.

Já para as atividades de auxiliar de serviços patrimoniais, estes assumirão as atividades hoje desenvolvidas por porteiros, em mesma quantidade. adequando-se somente a jornada de trabalho para atender também aos sábados.

Para as atividades de auxiliar de serviços patrimoniais:

- 2 Posto de trabalho de auxiliar de serviços patrimoniais diurno, 44h semanais.
- 2 Posto de trabalho de auxiliar de serviços patrimoniais noturno, 44h semanais.

Para a elaboração de prévio projeto de vigilância eletrônica, foram quantificadas as câmeras necessárias para realizar o videomonitoramento das áreas de interesse do câmpus.

A comissão chegou ao quantitativo mínimo de 24 câmeras, sendo a maioria delas em full hd e algumas em qualidade 4k. Para o controle de acesso foram previstos 2 cancelas eletrônicas.

Em determinado ponto a comissão avaliou também a possibilidade de instalação de câmeras com reconhecimento de placas, para instalação na entrada de veículos, o que foi descartado pelos custos elevados de implantação.

Outro ponto que foi avaliado foi a instalação de catracas para pedestres, mas que devido ao local de instalação não apresentar condições ideais de instalação, foram removidas. No futuro, havendo adequação do espaço da portaria poderão ser adicionadas ao contrato para a execução do adequado controle de acesso.

Como equipamentos restaram vinculados ao contrato a seguinte relação.

- Gravador de vídeo - NVR para 32 canais compatível com h.265+ e h.265, suporte a câmeras IP com áudio, resolução de gravação 3840x2160 (4K), com inteligência de vídeo, compatível com HD 10 TB
- HD 10 TB Para NVR
- Câmera IP bullet externa, Full HD, 1920 (H) x 1080 (V), IR 30m, com microfone embutido, compressão de vídeo h.265, IP67, PoE.
- Câmera IP bullet externa, 4K, 3840 (H) x 2160 (V), IR 30m, inteligência perimetral, com microfone embutido, compressão de vídeo h.265, IP67, PoE.
- Smart TV 4K 42 polegadas para monitoramento das câmeras
- Switch gigabit 10/100/1000 com 5 portas
- Cancela automática, fluxo intenso, barreira 3,3 metros, com LED, sistema de detecção de obstáculo, pictogramas para orientação de fluxo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.321.876,20

A presente contratação tem o custo estimado em R\$ 4.321.876,20 (quatro milhões trezentos e vinte e um mil oitocentos e setenta e seis reais e vinte centavos) para o período de vigência de 5 (cinco) anos.

A planilha de custos considerou o custo da CCT 2024/2025, disponibilizada no portal Mediador.

Os custos para os serviços de vigilância eletrônica foram baseados em pesquisas de preços de produtos em sites especializados e em orçamentos junto a prestadores de serviço.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Para o atendimento do objeto em análise, a comissão identifica fatores que favorecem a contratação unificada das três parcelas em análise. Como o objeto como um todo visa a obtenção de condições adequadas de segurança ao patrimônio público, a unificação da contratação possibilita o trabalho será coordenado por empresa única, reduzindo situações de contraditas versões de responsabilidade.

Outro ponto relevante é a atribuição de fornecimento do sistema de monitoramento pela mesma empresa que irá operar o sistema, e no caso de inoperância do sistema, a obrigação da empresa reforçar a equipe de vigilância.

Deste forma, o Estudo Técnico Preliminar que compreende a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de vigilância armada, auxiliar de serviços patrimoniais e vigilância eletrônica por monitoramento local com instalação de circuito fechado de CFTV no IFSul campus Passo Fundo, entendemos que é fundamental que a solução proposta seja implantada de forma integral, garantindo assim, a segurança dos bens móveis e imóveis do campus Passo Fundo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratação correlata.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação visa atender à demanda de contratação de serviços de vigilância patrimonial no IFSul campus Passo Fundo, estando alinhada ao Plano de Compras Anual - PCA 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação tem por objetivo resguardar os prédios, as instalações, os bens móveis e a documentação que tramita no IFSul campus Passo Fundo.

Este serviço atende à necessidade de segurança física dos prédios do IFSul campus Passo Fundo, servindo como meio inibidor da ação de criminosos em suas instalações.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências prévias a serem adotadas para a concretização da presente contratação, além dos procedimentos usuais de planejamento e seleção do fornecedor.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Devido às características dos serviços a serem prestados, não se vislumbra a possibilidade de impactos ambientais na contratação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta Equipe de Planejamento declara viável a contratação, nos moldes deste Estudo Técnico Preliminar, em face da necessidade de se garantir a segurança e a proteção das instalações do IFSul campus Passo Fundo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CLEITON XAVIER DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 26/12/2024 às 17:18:25.

ALESSANDRO FERNANDES DELLA VECCHIA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 26/12/2024 às 22:43:17.

GUSTAVO CARDOSO BORN

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 26/12/2024 às 17:26:35.

PAULO WLADINIR DA LUZ LEITE

Equipe de apoio

Documento Digitalizado Público

Estudo técnico preliminar da contratação

Assunto: Estudo técnico preliminar da contratação
Assinado por: Cleiton Santos
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Cleiton Xavier dos Santos, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD0004 - PF-DEAP**, em 27/12/2024 10:09:23.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/12/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 789168
Código de Autenticação: b55148b457



ANEXO II

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento.
- 1.2. Objetivos a atingir: o objetivo principal é atingir níveis elevados de qualidade na prestação dos serviços. Como objetivo complementar, vincular o pagamento dos serviços aos resultados alcançados, em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as reduções de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR, ser interpretadas como penalidades ou multas, as quais exigem a abertura do regular processo administrativo e do contraditório.
- 1.3. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.
- 1.4. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.
- 1.5. Baseado na IN MPDG 05/2017, ANEXO VIII, 1, a fiscalização técnica dos contratos do IFSul deve avaliar e fiscalizar diariamente a execução do objeto e, se for o caso, aplicar o Instrumento de Medição de Resultado -IMR, conforme modelo disponibilizado no Apêndice AU do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos do IFSul, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

2. CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.
- 2.2. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.
- 2.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.
- 2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.
- 2.5. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.
- 2.6. Para consecução destes objetivos deverá ser adotado as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

3. FORMA DE DIMENSIONAMENTO DOS PAGAMENTOS

- 3.1. As adequações nos pagamentos estarão limitadas ao cálculo apontado no item CÁLCULO DO FATOR DE QUALIDADE.
- 3.2. As ocorrências serão registradas no documento constante no Modelo de IMR e encaminhadas junto com o documento de autorização de emissão de Nota Fiscal.

16.11.1.3 APÊNDICE DO ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES



INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

(Processo Administrativo nº 23165.000017.2025-46)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELA LICITANTE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - 8.24

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

OBJETO: Contratação de serviços de vigilância armada, auxiliar de serviços patrimoniais e vigilância eletrônica para o IFSul campus Passo Fundo, com equipamentos fornecidos em regime de comodato.

Declaro que a empresa (incluir), inscrita no CNPJ Nº (Incluir), inscrição estadual Nº (Incluir), estabelecida em (incluir), possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nº	Nome do Órgão Pública ou Empresa	Nº do Contrato	Vigência do Contrato	Valor mensal do Contrato	Valor Total do Contrato
1					
2					
3					
4					
5					
Valor Total dos Contratos –R\$					

***Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.**

A) COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO 8.24.

Cálculo demonstrativo de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

$$\frac{\text{VALOR DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}{\text{VALOR TOTAL DOS CONTRATOS} *} \times 12 > 1$$

B) COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO 8.24.2.

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor Total dos Contratos} *)}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 = \%$$

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), o licitante deverá apresentar as devidas justificativas

JUSTIFICATIVAS PARA A VARIAÇÃO PERCENTUAL SUPERIOR A 10% (positivo ou negativo)

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

Observações:

1. O valor total dos Contratos considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.
2. Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos e ou empresas privadas, de todos os contratos vigentes na data de abertura da presente licitação.
3. A declaração deverá ser emitida em papel com a identificação da empresa.
4. O Licitante, deve deixar disponível, caso se entenda pela necessidade de comprovação dos contratos assumidos, por meio documental (cópia dos contratos), bem como, todas as informações necessárias e legítimas que demonstrem e comprovem que os contratos apresentados têm veracidade em data oportuna.



INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE

(Processo Administrativo nº23165.000017.2025-46)

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA - 8.27

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº 22/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

ANEXO XX

MINUTA

TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA DE VIGILÂNCIA,
AUXILIAR DE SERVIÇOS PATRIMONIAIS E VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

PROCESSO Nº XXXXX.XXXXXX.20XX-XX



CONTRATO Nº XX/20XX

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE – CÂMPUS
XXXXXXX, E A EMPRESA XXXXXXXX.

A União, por intermédio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus XXXXXXXXXXXX, com sede na xxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/XX, CEP XXXXX-XXX, inscrito no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representado pelo xxxxxxxxxxxx, CPF: XXX.XXX.XXX-XX, RG nº XXXXXXXXXXXX, nomeado pela Portaria nº XXX, de XX/XX/XXXX, publicada no DOU em XX/XX/XXXX, portador da matrícula funcional SIAPE nº XXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº: XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada na xxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/XX, CEP XXXXX-XXX, neste ato representada por xxxxxxxxxxxx, CPF: XXX.XXX.XXX-XX, RG nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado(a) na xxxxxxxxxxxx/XX, CEP XXXXX-XXX, doravante denominado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXX.XXXXXX.20XX-XX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº XX/20XX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de vigilância, auxiliar de serviços patrimoniais e vigilância eletrônica, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação.

Grupo	Item	Especificação	CATSE R	Unidade De Medida	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Grupo 01	1	Vigilância Armada Noturna - 02 postos de trabalho, das 19 horas às 07 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, com 02 (dois) vigilantes por turno de 12 (doze) horas trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso. CBO 5173-30	24015	Mês	60	R\$	R\$
	2	Vigilância Armada Diurna - 01 posto de	24015	Mês	60	R\$	R\$

		trabalho, das 07 horas às 19 horas, de segunda-feira a domingo, inclusive feriados, com 01 (um) vigilante por turno de 12 (doze) horas trabalhadas x 36 (trinta e seis) horas de descanso. CBO 5173-30					
	3	Auxiliar de Serviços Patrimoniais Noturno - ASP - 02 (dois) postos de trabalho, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, com 01 (um) ASP em cada posto. CBO 5174-20	30136	Mês	60	R\$	R\$
	4	Auxiliar de Serviços Patrimoniais Diurno - ASP - 02 (dois) postos de trabalho, 44(quarenta e quatro) horas semanais, de segunda-feira a sábado, com 01 (um) ASP em cada posto. CBO 5174-20	30136	Mês	60	R\$	R\$
	5	Serviço de Vigilância Eletrônica – 24 (vinte quatro) horas, 07 (sete) dias por semana, com fornecimento de equipamentos em comodato	21660	Mês	60	R\$	R\$

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital de Licitação;

1.3.3 A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é 05 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 Lei nº 14.133/2021.

2.2 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4 Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5 Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

2.2.6 Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3 O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.5.1 Os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro ano de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação, por ocasião de reajuste, repactuação, revisão de equilíbrio econômico-financeiro, acréscimo e/ou supressão contratuais.

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor mensal da contratação é de **R\$ xxxx (xxxxxxxx)** perfazendo o valor total de **R\$ xxxx (xxxxxxxx)**.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (art. 92, V e X)

7.1 As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2 fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3 estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

- 8.1.8.4** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5** demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 8.1.8.6** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.
- 8.1.10** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.10.1** A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- 8.1.11** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.1.12** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.13** Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1** O CONTRATADO deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.5.1** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 9.5.4** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

- 9.7** Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.20** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25** Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço.
- 9.26** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.26.1** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.27** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.28** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.29** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.30** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.31** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.32** Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.33** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.34** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.35** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.36** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.37** Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.38** Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.39** Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.40** Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;
- 9.41** Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.42** Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.43** Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 9.44** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 9.45** Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.46** Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 9.47** Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 9.48** Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.48.1 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.48.2 Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação;

9.49 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

9.50 Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

9.50.1 Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

9.51 Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

9.51.1 As vagas reservadas serão destinadas prioritariamente para pretas e pardas, na proporção que essas mulheres representarem na unidade da federação da prestação do serviço segundo o último censo do IBGE.

9.51.2 Incluem-se entre as beneficiárias das vagas reservadas as mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino, conforme definido no art. 5º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

9.51.3 Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de 8% com a nova contratação.

9.51.4 Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.51.5 Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

9.51.6 O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.51.4.

9.51.7 O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.51 Nos casos em que haja um número mínimo de vinte e cinco colaboradores alocados no contrato, destinar 8% das vagas exclusivamente para mulheres vítimas de violência doméstica;

52 Manter, no local de trabalho, cofre em perfeito estado de uso e conservação e com identificação da empresa para eventual guarda de armas e munições.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DO TRABALHO

10.1 A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6 É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7 O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8 O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9 O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este órgão ou entidade não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade, ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

- 14.5** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 14.6** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 14.7** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 14.8** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 14.9** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 14.9.1** Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 14.9.2** Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
- 14.9.3** Das indenizações e multas.
- 14.10** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 14.11** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.
- 14.12** O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 14.13** Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.
- 14.14** Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:
- 14.14.1** a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a; e
- 14.14.2** os valores das Notas Fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 14.15** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.
- 14.16** O CONTRATANTE poderá ainda:
- 14.16.1** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 14.16.2** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 14.17** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 14.18** O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: **XXXX**;

II) Fonte de Recursos: **XXXX**;

III) Programa de Trabalho: **XXXX**;

IV) Elemento de Despesa: **XXXX**;

V) Plano Interno: **XXXX**; e

VI) Nota de Empenho: **XXXX**.

16.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.2 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, Subseção Judiciária de Pelotas/RS, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

XXXXXXXXXX, **XX** de **XXXXXXXXXX** de **20XX**.

(assinado eletronicamente)

XXXX

IFSul-rio-grandense – Câmpus XXXXXXXXX
CONTRATANTE

(assinado eletronicamente)

XXXX

XXXXXXXXXX
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

(assinado eletronicamente)

Nome: XXXXXXXXXXXX
CPF: XXXXXXXXXXXX

(assinado eletronicamente)

Nome: XXXXXXXXXXXX
CPF: XXXXXXXXXXXX

ANEXO

AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO DIRETO (conforme estabelecido na alínea “d” do item 1.2 do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG n. 05/2017)

XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº: XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada em XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal XXXXXXXX, CPF: XXX.XXX.XXX-XX, RG nº XXXXXXXXXXXX, **AUTORIZA o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus XXXXXXXX**, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, para fins do Anexo VII-B da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Pregão nº XX/20XX:

1) que sejam descontados da fatura e pagos diretamente aos trabalhadores alocados a qualquer tempo na execução do contrato acima mencionado os valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias devidas, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

2) que sejam provisionados valores para o pagamento dos trabalhadores alocados na execução do contrato e depositados em conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, e aberta em nome da empresa XXXXXXXX junto a instituição bancária oficial, cuja movimentação dependerá de autorização prévia do **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Câmpus XXXXXXXX**, que também terá permanente autorização para acessar e conhecer os respectivos saldos e extratos, independentemente de qualquer intervenção do titular da conta.

3) que a CONTRATANTE utilize o valor da garantia prestada para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução do contrato, caso a CONTRATADA não efetue tais pagamentos até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

XXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de 202X.

(assinado eletronicamente)

XXXX

XXXXXXXX

CONTRATADO

ANEXO

AUTORIZAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA VINCULADA EM NOME DA EMPRESA

XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob nº: XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada em XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal XXXXXXXX, CPF: XXX.XXX.XXX-XX, RG nº XXXXXXXXXX, em cumprimento ao disposto da Instrução Normativa nº 05, de 26/05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e dos dispositivos correspondentes do Pregão nº XX/20XX, **AUTORIZA** a União, representada pelo **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-grandense - Câmpus XXXXXXXXX**, CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, a solicitar junto a Instituição Bancária (Banco do Brasil, agência n.º XXXX), a abertura de conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, exceto quando autorizado pelo Câmpus XXXXXXXXX do Instituto Federal Sul Rio-grandense, em nome desta empresa, com a finalidade de depositar mensalmente os valores correspondentes as provisões previstas na IN SEGES/MPDG n. 05/2017 e no Pregão nº XX/20XX.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de 20XX.

(assinado eletronicamente)

XXXX

XXXXXXXXXX

CONTRATADA

Documento Digitalizado Público

Minuta de contrato vigilância

Assunto: Minuta de contrato vigilância
Assinado por: Cleiton Santos
Tipo do Documento: Documento
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Cleiton Xavier dos Santos, CHEFE DE DEPARTAMENTO - CD0004 - PF-DEAP**, em 27/12/2024 11:50:21.

Este documento foi armazenado no SUAP em 27/12/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsul.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 789320
Código de Autenticação: 1971d2fd81



VIGILÂNCIA 12 x 36 NOTURNA - Lucro Presumido - CONTA VINCULADA

ANEXO XX do Pregão Nº XX/202X-COM PERI NO FIM

Conta Vinculada - Com Intervalo Intraornada

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do processo:		
Licitação nº:		
Dia:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Passo Fundo/RS
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio coletivo	1º de abril de 2024
D	Número de meses de execução contratual	60
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de serviço:		Unidade de Medida
Vigilância e Segurança Armada		Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)
12 x 36 horas diurnas - de segunda-feira a domingo		posto
12 x 36 horas noturnas - de segunda-feira a domingo		posto
		TOTAL DE POSTOS
		2
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne as rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		
1. MÓDULOS		
Mão de obra		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância e Segurança Armada
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.977,80
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de abril de 2024
6	Valor do salário hora sem periculosidade - VSH (s/peri) = (Valor do salário normativo / 220 h)	8,99
7	Valor da hora extra sem periculosidade com 50% HE (s/peri) = valor da hora + 50%	13,48
8	Valor da hora do adicional noturno sem periculosidade AN (s/peri) = valor da hora x 20%	1,80
9	Adicional de troca de uniforme sem periculosidade	1,50
10	Quantidade de vigilantes por posto de serviço	2,00
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado		
Módulo 1: Composição da Remuneração (por Posto)		
1	Composição da Remuneração (por Posto)	Percentual (%)
A	Salário-Base (valor para 2 vigilantes = 1 posto) (cláusulas 3ª e 4ª da CCT 2024/2025)	3.955,60
B	Adicional Noturno sobre: 1) 7h de 60min p/dia + 2) 1,0 h reduzida noturna p/dia para o RS Cálculo do valor: AN (s/peri) x 8h)x15dx2vig. Das 22h às 5h. (cláusulas 26 da CCT 2024/2025)	432,00
C	Adicional de Hora Noturna Reduzida (Hora Reduzida Noturna como Extra) (HRN que excedeu de 190,67h) Cálculo do valor: HE (s/peri) x 4,33 h x 2 vig.) --- [195h (=180h + 15h) - 190,67 = 4,33h como horas extras, sendo 15 = 15x(7hx1,1428571 - 7h) Das 22h às 5h (cláusula 26 e 74 da CCT 2024/2025)	116,74
D	Adicional para Troca de Uniforme - Cálculo do valor: 1/6 do salário-hora por dia = (VSH/6=1,34)x2x15 (cláusula 29 da CCT 2024/2025)	45,00
E	RSR (Repouso Semanal Remunerado) - Cálculo do valor: 20% sobre os adicionais pertinentes) - (cláusula 16 e 29 da CCT 2024/2025)	118,75
F	Adicional de Periculosidade (Lei nº 12.740/2012) (30% das rubricas pertinentes) (cláusula 27 da CCT 2024/2025)	30,00%
G	Outros (especificar)	-
Remuneração 1 = Total da Remuneração de verbas de natureza salarial nas quais incidem INSS + FGTS + Férias + 13º, etc.		6.068,52
H	Intervalo Intraornada (Adicional de Intervalo) Cálculo do valor: HE (s/peri) x 15d x2vigx0,5h) - (cláusula 65 da CCT 2024/2025)	202,20
Total da verba de natureza salarial na qual incidem somente INSS (mais terceiras entidades) e FGTS, em face da Solução de Consulta RFB/Cosit nº 108/2023 e Parecer Jurídico - Empregado só recebe se estiver trabalhando.		202,20
Remuneração 2 = Total da Remuneração que o empregado irá receber- Valor entra nos seguintes cálculos: Item 2, "A" - Quadro-Resumo do Custo por Posto de Trabalho, Custos Indiretos, Lucro e Tributos.		6.270,72
Nota1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.		

Módulo 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários						
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário (Férias???) e Adicional de Férias						
2.1	13º (décimo terceiro) Salário (Férias???) e Adicional de Férias					Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário Obrigatória a cotação de 8,33% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração1, conforme Anexo XII da IN 5/17				8,33%	505,51
B	Adicional de Férias Obrigatória a cotação de 3,025% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração1. É vedada a cotação de Férias neste Submódulo, em face de tratar-se de Conta Vinculada. O custo do empregado substituto, quando o titular gozar férias, deverá ser previsto no Submódulo 4.1.A. Isso demonstra que a provisão de Férias neste Submódulo não teria finalidade, em razão de que o pagamento do titular no seu mês de gozo de férias será feito pelo Módulo 1 - Composição da Remuneração. Na hipótese de o contrato não ser prorrogado, o pagamento relativo a Férias do empregado deverá ser efetivado pela provisão feita no Submódulo 4.1.A.				3,025%	183,57
Total						689,08
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina e adicional de férias.						
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 3,025% do Módulo 1, em face do Anexo XII da IN nº 5/2017 exigir 12,10% no somatório de Férias + 1/3 de Férias (9,075% + 3,025%).						
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições (Base de Cálculo = Módulo 1 (Rem1) + Submódulo 2.1 + Intervalo Intra jornada)						
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições				Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS				20,00%	1.391,96
B	Salário Educação				2,50%	174,00
C	RAT x FAP Cálculo do valor: % do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) x FAP (Fator Acidentário de Prevenção de cada empresa)	RAT = 3%		FAP = 1,0000	3,0000%	208,79
D	SESC ou SESI				1,50%	104,40
E	SENAC ou SENAI				1,00%	69,60
F	SEBRAE				0,60%	41,76
G	INCRA				0,20%	13,92
H	FGTS				8,00%	556,78
Total					36,8000%	2.561,21
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.						
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio, e de 3% para risco grave.						
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.						
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários						
2.3	Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)
A	Transporte Cálculo do valor: [(2xVTx30) – (6%xSB)]					59,66
	A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços (Decreto Municipal P. Fundo nº 113/2024)				R\$ 4,95	-
	A.2) Quantidade de passagens por dia por empregado				2,00	-
	A.3) Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens				30	
	A.4) Participação do empregado em percentual do salário-base (cláusula 32 da CCT 2024/2025)				6,00%	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação Cálculo do valor = [(30xVA)x(1-0,20)]					648,00
	B.1) Valor do Auxílio-Alimentação (cláusula 30 da CCT 2024/2025)				R\$ 27,00	-
	B.2) Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação				30	
	B.3) Participação do empregado em percentual sobre o auxílio-alimentação (cláusula 30 da CCT 2024/2025)				20,00%	
C	Assistência Médica e Familiar					0,00
D	Seguro de Vida (cláusula 34 da CCT 2024/2025) Cálculo do valor: 26 x Remx 0,023% O valor cotado pelo licitante deve ser fixado na planilha e somente deve ser alterado mediante repactuação com comprovação do aumento. Depois da licitação, excluir a fórmula					36,29
E	Auxílio-Funeral (cláusula 33 da CCT 2024/2025) Cálculo do valor: [(SB x 0,52066%)/12] O valor cotado pelo licitante deve ser fixado na planilha e somente deve ser alterado mediante repactuação com comprovação do aumento. Depois da licitação, excluir a fórmula					1,72
F	Outros (especificar)					0,00
	Total					745,67
Nota 1: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).						
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no artigo 6º desta Instrução Normativa.						
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários						
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários					Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário (Férias???) e Adicional de Férias					689,08
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições					2.561,21
2.3	Benefícios Mensais e Diários					745,67
Total					3.995,96	

Módulo 3 - Provisão para Rescisão															
3		Provisão para Rescisão						Valor (R\$)							
A	Aviso Prévio Indenizado Cálculo do valor = [Rem/12 + 13º/12 + (Férias + 1/3 Férias)/12] x (30 dias /30=1 x 5% de rotatividade anual - Os reflexos de 13º, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APlnd - Decorridos 12 meses de execução contratual, por ocasião do primeiro reajuste, repatuação ou prorrogação, poderão ser considerados 03 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período.						30,45								
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado						2,44								
C	Aviso Prévio Trabalhado Cálculo do valor = [(Rem1/30)x7]/ 12 meses de execução contraual x (30 dias / 30) x 100% do empregados. Decorridos 12 meses de execução contratual, <u>negociar, extinção/redução, por ocasião do primeiro reajuste, repactuação ou prorrogação.</u> (Esta rubrica prevê 30 dias de aviso prévio, no entanto, decorridos 12 meses de execução, já integralmente provisionados durante os primeiros 12 meses de execução contratual, o empregado tem direito a mais 03 dias de aviso prévio trabalhado para cada ano trabalhado, conforme Lei nº 12.506, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento durante o período).						118,00								
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado						43,42								
E	Multa do FGTS sobre o Aviso PrévioTrabalhado e Aviso Prévio IndenizadoObrigatória a cotação de 4% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração1, conforme Anexo XII da IN Seges nº 5/2017				4,00%		242,74								
TOTAL							437,05								
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente															
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.															
Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): BCCPA = MODULO 1 (= a Rem1) + MÓDULO 2 (- VA - VT) + FÉRIAS + MÓDULO 3 - exceto o Substituto na cobertura de Férias e o Afastamento Maternidade, sendo que neste último a Rem e o 13º podem ser compensados pelo INSS, ambos com base de cálculo própria, conforme consta nesses itens de custo.															
MÓD 1 (= a Rem1)=		6.068,52				MÓD 2 (sem VA e VT) +Férias =		4.041,68				MÓD 3 = 437,05		10.547,25	
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais															
4.1		Substituto nas Ausências Legais								Valor (R\$)					
A	Substituto na cobertura de Férias Obrigatória a cotação de 9,075% sobre o valor do Módulo 1 - Composição da Remuneração, mais o percentual do Submódulo 2.2 sobre o cálculo anterior, conforme Anexo XII da IN 5/17 (Férias + Adicional = 12,10% = 9,075% + 3,025%)						9,075%		36,80%		753,38				
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x1dia]/12								29,30						
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade Cálculo do valor = {[(BCCPA/30)x5dias]/12}x1,5%								2,20						
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho Cálculo do valor = [(BCCPA)/30x0,69dias]/12								20,22						
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade Cálculo do valor = [((Férias + Férias / 3) + SUB2.2 x (Férias + Férias / 3)) x (4/12)] x 2% + [(FGTS x Rem + SUB 2.2 x 13º + SUB2.3 – VA – VT + MÓD3) x (4/12)] } x 2% Não incide Contribuição Previdenciária Patronal (INSS + 3ªs entidades) sobre a Remuneração da empregada residente nos 4 meses de Afastamento, conforme Solução de Consulta Cosit/RFB nº 27/2023, publicada na pág. 20 da Seção 1 do DOU de 09/02/2023. A Remuneração e o 13º da empregada residente poderão ser compensados, por isso não constam da fórmula.								14,34						
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença Cálculo do valor = [(BCCPA)/30]x3dias]/12 Incluído por permissão da IN Seges nº 5/2017, Anexo VII-B, item 1.7, alíneas "b" e "c".5.								87,89						
Total							907,33								
Submódulo 4.2 – Substituto na Intraornada															
4.2		Substituto na Intraornada								Valor (R\$)					
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação								0,00						
Total							0,00								
Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente															
4		Custo de Reposição do Profissional Ausente								Valor (R\$)					
4.1	Substituto nas Ausências Legais								907,33						
4.2	Substituto na Intraornada								0,00						
Total							907,33								
Módulo 5 – Insumos Diversos															
3		Insumos Diversos								Valor (R\$)					
A	Materiais								33,77						
B	Equipamentos								90,14						
C	Uniformes								212,96						
D	Equipamentos de Uso Geral								21,07						
E	Outros (especificar)														
Total							357,94								
Nota: Valores mensais por empregado															

Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual (%)	Valor (R\$)
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração2 + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos)		-	11.969,00
A	Custos Indiretos	6,00%	718,14
BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração2 + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos)		-	12.687,14
B	Lucro	6,79%	861,46
BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração2 + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos + Lucro)		-	13.548,60
C	Tributos	-	-
	C.1 Tributos federais (especificar)	-	-
	a) Cofins (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real ou Presumido)	3,00%	430,80
	b) PIS (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real ou Presumido)	0,65%	93,34
	c) IRPJ - Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo.	-	-
	d) CSLL - Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo.	-	-
	C.2 Tributos estaduais (especificar)	-	-
	C.3 Tributos municipais (especificar):	-	-
	a) ISS (Lei Municipal Passo Fundo nº 137 de 29/12/2004)	2,00%	287,20
TOTAL			2.390,94
Percentual Total e Valor Total de Tributos		5,65%	811,34
Base de Cálculo para os Tributos Cálculo dos Tributos = (-----) x Aliquota do Tributo 1 - (Total de Tributos em % dividido por 100)			
Nota 1: Custos Indiretos, Lucro e Tributos por empregado. Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.			
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR POSTO DE TRABALHO			
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por Posto de Trabalho)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração2	6.270,72	
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	3.995,96	
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	437,05	
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	907,33	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	357,94	
Subtotal (A + B + C + D + E)			11.969,00
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos	2.390,94	
Valor Total por Posto			R\$ 14.359,94
Nota: Nos casos de inclusão de outros tipos de postos, observar o disposto no item 4 do Anexo VI-A, desta Instrução Normativa			
Valor mensal do serviço		R\$ 28.719,88	
Número de meses do contrato		60	
Valor global da proposta (valor mensal do serviço x nº de meses do contrato)		R\$ 1.723.192,80	
QUANTIDADE DE PESSOAL ALOCADO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL (item 6.2.e do Anexo VII da IN nº 5/2017 e item XXXX do edital)			
Tipo de Mão de Obra		Quantidade de Pessoal	
Vigilante			
MATERIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ALOCADOS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL (item 6.2.f do Anexo VII da IN nº 5/2017 e item XXXX do edital)			
Especificação dos Materiais/Máquinas/Equipamentos		Quantidade	

VIGILÂNCIA 12 x 36 DIURNA - Lucro Presumido - CONTA VINCULADA

ANEXO XX do Pregão Nº XX/202X-COM PERI NO FIM

Conta Vinculada - Com Intervalo Intraornada

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do processo:		
Licitação nº:		
Dia:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Passo Fundo/RS
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio coletivo	1º de abril de 2024
D	Número de meses de execução contratual	60
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de serviço:		Unidade de Medida
Vigilância e Segurança Armada		Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)
12 x 36 horas diurnas - de segunda-feira a domingo		posto
12 x 36 horas noturnas - de segunda-feira a domingo		posto
		TOTAL DE POSTOS
		1
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.		
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		
1. MODULOS		
Mão de obra		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Vigilância e Segurança Armada
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5173-30
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.977,80
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	vigilante
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de abril de 2024
6	Valor do salário hora sem periculosidade - VSH (s/peri) = (Valor do salário normativo / 220 h)	8,99
7	Valor da hora extra sem periculosidade com 50% HE (s/peri) = valor da hora + 50%	13,48
8	Valor da hora do adicional noturno sem periculosidade AN (s/peri) = valor da hora x 20%	1,80
9	Adicional de troca de uniforme sem periculosidade	1,50
10	Quantidade de vigilantes por posto de serviço	2,00
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.		
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado		
Módulo 1: Composição da Remuneração (por Posto)		
1	Composição da Remuneração (por Posto)	Percentual (%)
A	Salário-Base (valor para 2 vigilantes = 1 posto) (cláusulas 3ª e 4ª da CCT 2024/2025)	3.955,60
B	Adicional para Troca de Uniforme - Cálculo do valor: 1/6 do salário-hora por dia = (VSH/6=1,34)x2x15 (cláusula 29 da CCT 2024/2025)	45,00
C	RSR (Repouso Semanal Remunerado) - Cláusulas 16 e 29 da CCT 2024/2025 - Cálculo do valor: 20% sobre os adicionais pertinentes)	9,00
D	Adicional de Periculosidade (Lei nº 12.740/2012) (30% das rubricas pertinentes) (cláusula 27 da CCT 2024/2025)	30,00%
E	Outros (especificar)	-
Remuneração 1 = Total da Remuneração de verbas de natureza salarial nas quais incidem INSS + FGTS + Férias + 13º, etc.		5.212,48
F	Intervalo Intraornada (Adicional de Intervalo) Cálculo do valor: HE (s/peri) x 15d x2vigx0,5h - (cláusula 65 da CCT 2024/2025)	202,20
Total da verba de natureza salarial na qual incidem somente INSS (mais terceiras entidades) e FGTS, em face da Solução de Consulta RFB/Cosit nº 108/2023 e Parecer Jurídico. Empregado só recebe se estiver trabalhando.		202,20
Remuneração 2 = Total da Remuneração que o empregado irá receber Valor entra nos seguintes cálculos: Item 2, "A" - Quadro-Resumo do Custo por Posto de Trabalho, Custos Indiretos, Lucro e Tributos.		5.414,68
Nota1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.		

Módulo 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários						
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, (Férias) e Adicional de Férias						
2.1		13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			Valor (R\$)	
A		13º (décimo terceiro) Salário Obrigatória a cotação de 8,33% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração1, conforme Anexo XII da IN 5/2017		8,33%	434,20	
B		Adicional de Férias Obrigatória a cotação de 3,025% sobre o valor do Módulo 1 - Composição da Remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/17 (Férias + Adicional = 12,10% = 9,075% + 3,025%). É vedada a cotação de Férias neste Submódulo, em face de tratar-se de Conta Vinculada. O custo do empregado substituto, quando o titular gozar férias, deverá ser previsto no Submódulo 4.1.A. Isso demonstra que a provisão de Férias neste Submódulo não teria finalidade, em razão de que o pagamento do titular no seu mês de gozo de férias será feito pelo Módulo 1 - Composição da Remuneração. Na hipótese de o contrato não ser prorrogado, o pagamento relativo a Férias do empregado deverá ser efetivado pela provisão feita no Submódulo 4.1.A.		3,025%	157,68	
Total					591,88	
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina e adicional de férias.						
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 3,025% do Módulo 1, em face do Anexo XII da IN nº 5/2017 exigir 12,10% no somatório de Férias + 1/3 de Férias (9,075% + 3,025%).						
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições (Base de Cálculo = Módulo 1 (= a Rem1) + Submódulo 2.1 + Intervalo Intra jornada)						
2.2		GPS, FGTS e outras contribuições			Percentual (%)	Valor (R\$)
A		INSS			20,00%	1.201,31
B		Salário Educação			2,50%	150,16
C		RAT x FAP Cálculo do valor: % do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) x FAP (Fator Acidentário de Prevenção de cada empresa)	RAT = 3%	FAP = 1,0000	3,0000%	180,20
D		SESC ou SESI			1,50%	90,10
E		SENAC ou SENAI			1,00%	60,07
F		SEBRAE			0,60%	36,04
G		INCRA			0,20%	12,01
H		FGTS			8,00%	480,52
Total					36,8000%	2.210,41
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.						
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio, e de 3% para risco grave.						
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.						
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários						
2.3		Benefícios Mensais e Diários			Valor (R\$)	
A		Transporte Cálculo do valor: [(2xVTx30) – (6%xSB)]			59,66	
		A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços (Decreto Municipal P. Fundo nº 113/2024)		R\$ 4,95	-	
		A.2) Quantidade de passagens por dia por empregado		2,00	-	
		A.3) Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens		30		
		A.4) Participação do empregado em percentual do salário-base (cláusula 32 da CCT 2024/2025)		6,00%		
B		Auxílio-Refeição/Alimentação Cálculo do valor = [(30xVA)x(1-0,20)]			648,00	
		B.1) Valor do Auxílio-Alimentação (cláusula 30 da CCT 2024/2025)		R\$ 27,00	-	
		B.2) Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação		30		
		B.3) Participação do empregado em percentual sobre o auxílio-alimentação (cláusula 30 da CCT 2024/2025)		20,00%		
C		Assistência Médica e Familiar			0,00	
D		Seguro de Vida (cláusula 34 da CCT 2024/2025) Cálculo do valor: 26 x Remx 0,023% O valor cotado pelo licitante deve ser fixado na planilha e somente deve ser alterado mediante repactuação com comprovação do aumento. Depois da licitação, excluir a fórmula			31,17	
E		Auxílio-Funeral (cláusula 33 da CCT 2024/2025) Cálculo do valor: [(SB x 0,52066%)/12] O valor cotado pelo licitante deve ser fixado na planilha e somente deve ser alterado mediante repactuação com comprovação do aumento. Depois da licitação, excluir a fórmula			1,72	
F		Outros (especificar)			0,00	
Total					740,55	
Nota 1: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).						
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no artigo 6º desta Instrução Normativa.						
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários						
2		Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			Valor (R\$)	
2.1		13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias			591,88	
2.2		GPS, FGTS e outras contribuições			2.210,41	
2.3		Benefícios Mensais e Diários			740,55	
Total					3.542,84	

Módulo 3 - Provisão para Rescisão								
3		Provisão para Rescisão				Valor (R\$)		
A	Aviso Prévio Indenizado Cálculo do valor = [Rem/12 + 13º/12 + (Férias + 1/3 Férias)/12] x (30 dias /30-1 x 5% de rotatividade anual - Os reflexos de 13º, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APInd - Decorridos 12 meses de execução contratual, por ocasião do primeiro reajuste, repatuação ou prorrogação, poderão ser considerados 03 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período.					26,16		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado					2,09		
C	Aviso Prévio Trabalhado Cálculo do valor = [(Rem/130)x7]/ 12 meses de execução contral x (30 dias / 30) x 100% do empregados. Decorridos 12 meses de execução contratual, <u>negociar extinção/redução</u>, por ocasião do primeiro reajuste, repactuação ou prorrogação. (Esta rubrica prevê 30 dias de aviso prévio, no entanto, decorridos 12 meses de execução, já integralmente provisionados durante os primeiros 12 meses de execução contratual, o empregado tem direito a mais 03 dias de aviso prévio trabalhado para cada ano trabalhado, conforme Lei nº 12.506, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evendo durante o período).					101,35		
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado					37,30		
E	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado e o Aviso Prévio Indenizado Obrigatória a cotação de 4% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração1, conforme Anexo XII da IN 5/2017				4,00%	208,50		
TOTAL						375,40		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente								
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.								
Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): BCCPA = MODULO 1 (= a Rem2) + MÓDULO 2 (- VA - VT) + FÉRIAS + MÓDULO 3 - exceto o Substituto na cobertura de Férias e o Afastamento Maternidade, sendo que neste último a Rem e o 13º podem ser compensados pelo INSS, ambos com base de cálculo própria, conforme consta nesses itens de custo.								
MÓD 1 (= a Rem1)=	5.212,48	+	MOD 2 (sem VA e VT) + Férias =	3.482,29	+	MÓD 3 =	375,40	9.070,17
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais								
4.1		Substituto nas Ausências Legais				Valor (R\$)		
A	Substituto na cobertura de Férias Obrigatória a cotação de 9,075% sobre o valor do Módulo 1 - Composição da Remuneração, mais o percentual do Submódulo 2.2 sobre o cálculo anterior, conforme Anexo XII da IN 5/17 (Férias + Adicional = 12,10% = 9,075% + 3,025%)				9,075%	36,80%	647,11	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x1dia]/12						25,19	
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade Cálculo do valor = f([(BCCPA/30)x5dias]/12)x1,5%						1,89	
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho Cálculo do valor = f(BCCPA/30x0,69 dias)/12						17,38	
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade Cálculo do valor = [((Férias + Férias / 3) + SUB2.2 x (Férias + Férias / 3) x (4/12)) x 2% + ((FGTS x Rem + SUB 2.2 x 13º + SUB2.3 – VA – VT + MÓD3) x (4/12))] x 2% Não incide Contribuição Previdenciária Patronal (INSS + 3ªs entidades) sobre a Remuneração da empregada residente nos 4 meses de Afastamento, conforme Solução de Consulta Cosit/RFB nº 27/2023, publicada na pág. 20 da Seção 1 do DOU de 09/02/2023. A Remuneração e o 13º da empregada residente poderão ser compensados, por isso não constam da fórmula.						12,32	
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x3dias]/12 Incluído por permissão da IN Seges nº 5/2017, Anexo VII-B, item 1.7, alíneas "b" e "c".5.						75,58	
Total						779,47		
Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada								
4.2		Substituto na Intra jornada				Valor (R\$)		
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação						0,00	
Total						0,00		
Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente								
4		Custo de Reposição do Profissional Ausente				Valor (R\$)		
4.1		Substituto nas Ausências Legais				779,47		
4.2		Substituto na Intra jornada				0,00		
Total						779,47		
Módulo 5 – Insumos Diversos								
3		Insumos Diversos				Valor (R\$)		
A		Materiais				67,54		
B		Equipamentos				180,28		
C		Uniformes				425,91		
D		Equipamentos de Uso Geral				21,07		
E		Outros (especificar)						
Total						694,80		
Nota: Valores mensais por empregado								

Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual (%)	Valor (R\$)
BASE DE CALCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração2 + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos)		-	10.807,19
A	Custos Indiretos	6,00%	648,43
BASE DE CALCULO DO LUCRO = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração2 + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos)		-	11.455,62
B	Lucro	6,79%	777,84
BASE DE CALCULO DOS TRIBUTOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração2 + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos + Lucro)		-	12.233,46
C	Tributos	-	-
	C.1 Tributos federais (especificar)	-	-
	a) Cofins (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real ou Presumido)	3,00%	388,98
	b) PIS (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real ou Presumido)	0,65%	84,28
	c) IRPJ - Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo.	-	-
	d) CSLL - Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo.	-	-
	C.2 Tributos estaduais (especificar)	-	-
	C.3 Tributos municipais (especificar):	-	-
	a) ISS (Lei Municipal Passo Fundo nº 137 de 29/12/2004)	2,00%	259,32
TOTAL			2.158,85
Percentual Total e Valor Total de Tributos		5,65%	732,58
Base de Cálculo para os Tributos = (-----) x Aliquota do Tributo 1 - (Total de Tributos em % dividido por 100)			
Nota 1: Custos Indiretos, Lucro e Tributos por empregado. Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.			
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR POSTO DE TRABALHO			
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por Posto de Trabalho)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração2	5.414,68	
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	3.542,84	
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	375,40	
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	779,47	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	694,80	
Subtotal (A + B + C + D + E)			10.807,19
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos	2.158,85	
Valor Total por Posto			R\$ 12.966,04
Nota: Nos casos de inclusão de outros tipos de postos, observar o disposto no item 4 do Anexo VI-A, desta Instrução Normativa			
Valor mensal do serviço		R\$ 12.966,04	
Número de meses do contrato		60	
Valor global da proposta (valor mensal do serviço x nº de meses do contrato)		R\$ 777.962,40	
QUANTIDADE DE PESSOAL ALOCADO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL (item 6.2.e do Anexo VII da IN nº 5/2017 e item XXXX do edital)			
Tipo de Mão de Obra		Quantidade de Pessoal	
Vigilante			
MATERIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ALOCADOS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL (item 6.2.f do Anexo VII da IN nº 5/2017 e item XXXX do edital)			
Especificação dos Materiais/Máquinas/Equipamentos		Quantidade	

VIGILÂNCIA ELETRÔNICA - 24 H DIÁRIAS DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGO - Lucro Presumido

ANEXO XX do Pregão Nº XX/202X -

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do processo:							
Licitação nº:							
Dia:							
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)							
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)						
B	Município/UF	Passo Fundo/RS					
D	Número de meses de execução contratual	60					
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO							
Tipo de serviço:		Unidade de Medida		Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)			
Auxiliar de Vigilância Patrimonial							
24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana de Vigilância Eletrônica		serviço		1			
1. MÓDULOS							
Módulo 1: Insumos Diversos para Serviço de Vigilância Eletrônica							
1.1	INSUMOS (insumos de implantação e/ou benfeitorias - sem prazo de vida útil determinado, mas com rateio pelo período previsto de execução contratual)	Unidade	Quantidade a disponibilizar	Rateio (em meses)	Quantidade Anual	Valor Unitário	Custo Anual
A	Especificar e detalhar insumos diversos de implantação e/ou benfeitorias, tais como cabo lan-cat25, cabo lan blindado subterrâneo, cabo óptico drop F8 SM fibras, kit de instalação de conectores, cintas, tubulação 3/4 branca, eltroduto 1", postes de instalação de cameras, hastes para extensão de posicionamento de câmeras, mão-de-obra para implantação e benfeitorias, e outros, etc.	especificar	1	60	0,2	4.000,00	800,00
B	especificar	especificar					-
C	especificar	especificar					-
D	especificar	especificar					-
E	especificar	especificar					-
F	especificar	especificar					-
G	especificar	especificar					-
H	especificar	especificar					-
I	especificar	especificar					-
J	especificar	especificar					-
CUSTO ANUAL DOS INSUMOS							800,00
CUSTO MENSAL DOS INSUMOS							66,67
1.2	MATERIAIS (materiais diversos que complementam os equipamentos a serem disponibilizados em comodato, sem depreciação, mas com vida útil definida)	Unidade	Quantidade a disponibilizar	Vida Útil (em meses)	Quantidade Anual	Valor Unitário	Custo Anual
A	Detalhar materiais diversos que complementam os equipamentos a serem disponibilizados em comodato, tais como fonte adaptadora POE para câmeras, conversor (par) para câmeras, caixa hermética baby 145x105x70, , mini rack de parede 19 polegadas, régua de tomadas, placas de sinalização e de advertência de ambiente monitorado, espelho convexo de 60cm, mão-de-obra de instalação de materiais e equipamentos, licença de uso de protocolos e softwares, e outros, etc.	especificar	1	60	0,2	4.000,00	800,00
B	especificar	especificar					-
C	especificar	especificar					-
D	especificar	especificar					-
E	especificar	especificar					-
F	especificar	especificar					-
G	especificar	especificar					-
H	especificar	especificar					-
I	especificar	especificar					-
J	especificar	especificar					-
CUSTO ANUAL DOS MATERIAIS							800,00
CUSTO MENSAL DOS MATERIAIS							66,67
1.3	EQUIPAMENTOS FORNECIDOS EM COMODATO (equipamentos com depreciação definida)	Unidade	Quantidade a disponibilizar	Depreciação (em meses)	Quantidade Anual	Valor Unitário	Custo Anual
A	Gravador de vídeo - NVR para 32 canais compatível com h.265+ e h.265, suporte a câmeras IP com áudio, resolução de gravação 3840x2160 (4K), com inteligência de vídeo, compatível com HD 10 TB	pç	1	60	0,2	2.428,90	485,78
B	HD 10 TB Para NVR	pç	1	60	0,2	2.749,90	549,98
C	Câmera IP bullet externa, Full HD, 1920 (H) x 1080 (V), IR 30m, com microfone embutido, compressão de vídeo h.265, IP67, PoE.	pç	21	60	4,2	372,00	1.562,40
D	Câmera IP bullet externa, 4K, 3840 (H) x 2160 (V), IR 30m, inteligência perimetral, com microfone embutido, compressão de vídeo h.265, IP67, PoE.	pç	3	60	0,6	1.488,56	893,14
E	Smart TV 4K 42 polegadas para monitoramento das câmeras	pç	2	60	0,4	1.376,55	550,62
F	Switch gigabit 10/100/1000 com 5 portas	pç	7	60	1,4	95,90	134,26

G	Cancela automática, fluxo intenso, barreira 3,3 metros, com LED, sistema de detecção de obstáculo, pictogramas para orientação de fluxo.	pç	2	60	0,4	4.845,90	1.938,36
H	especificar	especificar					-
I	especificar	especificar					-
J	especificar	especificar					-
L	especificar	especificar					-
M	especificar	especificar					-
N	especificar	especificar					-
O	especificar	especificar					-
CUSTO ANUAL DOS EQUIPAMENTOS							6.114,54
CUSTO MENSAL DOS EQUIPAMENTOS							509,54
1.4	OUTROS SERVIÇOS			Unidade	Quantidade a disponibilizar	Valor mensal	Custo Anual
A	Especificar serviço mensal sem dedicação exclusiva de mão de obra, necessários para viabilização, manutenção e disponibilização (comodato) e monitoramento de videomonitoramento 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana.			especificar	1	8.499,57	101.994,84
B	especificar			especificar			-
C	especificar			especificar			-
D	especificar			especificar			-
E	especificar			especificar			-
CUSTO ANUAL DOS OUTROS INSUMOS							101.994,84
CUSTO MENSAL DOS OUTROS INSUMOS							8.499,57

Quadro-Resumo do Módulo 1 – Insumos Diversos para Serviço de Vigilância Eletrônica			
1	Insumos Diversos para Serviço de Monitoramento	Valor (R\$)	
1.1	INSUMOS (Insumos de Implantação e/ou benfeitorias - sem prazo de vida útil determinado, mas com rateio pelo período previsto de execução contratual)	66,67	
1.2	MATERIAIS (materiais diversos que complementam os equipamentos a serem disponibilizados em comodato, sem depreciação, mas com vida útil definida)	66,67	
1.3	EQUIPAMENTOS FORNECIDOS EM COMODATO (equipamentos com depreciação definida)	509,54	
1.4	OUTROS SERVIÇOS	8.499,57	
		Total	9.142,45
Nota: Valores mensais totais			
Módulo 2 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			
2	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual (%)	Valor (R\$)
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1)		-	9.142,45
A	Custos Indiretos (este percentual deverá cobrir todas os custos indiretos, inclusive os não especificados nos insumos, materiais, equipamentos, e outros insumos, necessários para viabilização e disponibilização do serviço de videomonitoramento)	6,00%	548,55
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1 + Custos Indiretos)		-	9.691,00
B	Lucro	6,79%	658,02
BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Total do Módulo 1 + Custos Indiretos + Lucro)		-	10.349,02
C	Tributos	-	-
C.1	Tributos federais (especificar)	-	-
	a) Cofins (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real ou Presumido)	3,00%	329,06
	b) PIS (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real ou Presumido)	0,65%	71,30
	c) IRPJ - Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo.	-	-
	d) CSLL - Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo.	-	-
C.2	Tributos estaduais (especificar)	-	-
C.3	Tributos municipais (especificar):	-	-
	a) ISS (Lei Municipal Passo Fundo nº 137 de 29/12/2004)	2,00%	219,38
		TOTAL	1.826,31
Percentual Total e Valor Total de Tributos		5,65%	619,74
Cálculo dos Tributos Base de Cálculo para os Tributos = (-----) x Aliquota do Tributo 1 - (Total de Tributos em % dividido por 100)			
Nota 1: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.			
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA			
Módulos			Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Insumos Diversos - Vigilância Eletrônica		R\$ 9.142,45
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		R\$ 1.826,31
Valor Total do Serviço (A +B)			R\$ 10.968,76
Valor mensal do serviço			R\$ 10.968,76
Número de meses do contrato			60
Valor global da proposta (valor mensal do serviço x nº de meses do contrato)			R\$ 658.125,60

INSUMOS DIVERSOS - POSTO VIGILANTE						
MATERIAIS - VIGILANTE	Unidade	Quantidade a disponibilizar por posto	Vida Útil (em meses)	Quantidade Anual	Valor Unitário	Custo Anual
Colete Balístico homologado	pç	1	60	0,2	2.409,54	481,91
lanterna recarregável de led	pç	1	12	1,0	75,41	75,41
Cassetete	pç	1	60	0,2	106,26	21,25
Cartela com 10 munições calibre 38.	pç	2	12	2,0	112,50	225,00
Crachá	pç	2	24	1,0	6,94	6,94
CUSTO ANUAL DOS UTENSÍLIOS						810,51
CUSTO MENSAL DOS UTENSÍLIOS						67,54
EQUIPAMENTOS - VIGILANTE	Unidade	Quantidade a disponibilizar por posto	Depreciação (em meses)	Quantidade Anual	Valor Unitário	Custo Anual
Revólver calibre 38.	pç	1	60	0,2	8.903,86	1.780,77
kit bastão de ronda para controle de vigias com 6 lbuttons	pç	1	60	0,2	731,99	146,40
Rádios comunicadores	pç	2	60	0,4	590,45	236,18
CUSTO ANUAL DOS EQUIPAMENTOS						2.163,35
CUSTO MENSAL DOS EQUIPAMENTOS						180,28
UNIFORMES - VIGILANTE (individual para posto)	Unidade	Quantidade semestral por trabalhador	Quantidade anual por trabalhador	Quantidade anual por posto	Valor Unitário	Custo Anual
Calça	pç	2,0	4	8	75,00	600,00
Camisa de manga curta	pç	2,0	4	8	84,66	677,28
camisa de manga longa	pç	2,0	4	8	130,25	1.042,00
Jaqueta/Japona de Nylon	pç	1,0	2	4	206,46	825,84
Capa de chuva	pç	1,0	2	4	32,22	128,88
Boné ou quepe	pç	1,0	2	4	22,86	91,44
Botas de chuva	par	0,5	1	2	45,01	90,02
Cinto com Coldre e baleiro	pç	1,0	2	4	86,90	347,60
Apito	pç	0,5	1	2	10,63	21,26
Cordão de apito	pç	0,5	1	2	1,10	2,20
Porta cassetete	pç	0,5	1	2	29,13	58,26
Botina	par	1,0	2	4	53,92	215,68
Capa colete Balístico	pç	1,0	2	4	247,61	990,44
CUSTO ANUAL DOS UNIFORMES						5.110,90
CUSTO MENSAL DOS UNIFORMES						425,91

INSUMOS DE USO GERAL (Vigilante)						
EQUIPAMENTOS DE USO GERAL - VIGILANTES	Unidade	Quantidade a disponibilizar	Depreciação (em meses)	Quantidade Anual	Valor Unitário	Custo Anual
Ponto biométrico	pç	1	60	0,2	1.980,49	396,10
Cofre para guarda do armamento, munição, e colete balístico (dimensões mínimas 1m x 0,4m x 0,4m)	pç	1	60	0,2	1.812,36	362,47
CUSTO ANUAL DOS EQUIPAMENTOS						758,57
CUSTO MENSAL DOS EQUIPAMENTOS						63,21

QUADRO RESUMO					
QUADRO RESUMO - VIGILANTE NOTURNO	CUSTO ANUAL	CUSTO MENSAL	Número de Postos	Custo Mensal Total	Custo Mensal por Posto
MATERIAIS - VIGILANTE	810,51	67,54	2	67,54	33,77
EQUIPAMENTOS - VIGILANTE	2.163,35	180,28	2	180,28	90,14
UNIFORMES - VIGILANTE (individual para posto)	5.110,90	425,91	2	425,91	212,96
EQUIPAMENTOS DE USO GERAL - VIGILANTES	758,57	63,21	3	63,21	21,07
TOTAL - VIGILANTE	8.843,33	205,81		736,94	357,94
QUADRO RESUMO - VIGILANTE DIURNO	CUSTO ANUAL	CUSTO MENSAL	Número de Postos	Custo Mensal Total	Custo Mensal por Posto
MATERIAIS - VIGILANTE	810,51	67,54	1	67,54	67,54
EQUIPAMENTOS - VIGILANTE	2.163,35	180,28	1	180,28	180,28
UNIFORMES - VIGILANTE (individual para posto)	5.110,90	425,91	1	425,91	425,91
EQUIPAMENTOS DE USO GERAL - VIGILANTES	758,57	63,21	3	63,21	21,07
TOTAL - VIGILANTE	8.843,33	205,81		736,94	694,80



Ponto de Observação		Ambiente		Resolução			Ângulo de Abertura	Alcance	Sensor Inteligencia		Visão Noturna Infravermelho	
		interno	externo	720p	1080p	4k			Sim	Não	Sim	Não
1	Acesso a Campus, à esquerda.		X		X		60°	até 50 m	X		X	
2	Acesso a Campus, à direita.		X		X		60°	até 50 m	X		X	
3	Estacionamento em frente ao prédio 1, à esquerda.		X		X		90°	até 50 m	X		X	
4	Estacionamento em frente ao prédio 1, à direita.		X		X		90°	até 25 m	X		X	
5	Entrada dos estudantes.		X			X	45°	até 25 m		X	X	
6	Estacionamento em frente ao prédio 4.		X		X		60°	até 50 m	X		X	
7	Espaço em frente a caixa d'água e subestação.		X		X		90°	até 25 m	X		X	
8	Estacionamento lateral ao prédio 1.		X		X		90°	até 50 m	X		X	
9	Espaço entre as salas modulares.		X		X		120°	até 25 m	X		X	
10	Espaço aos fundos do prédio 1.		X		X		90°	até 25 m	X		X	
11	Acesso à biblioteca.		X		X		90°	até 50 m	X		X	
12	Acesso ao Auditório.		X		X		90°	até 25 m	X		X	
13	Descida lateral ao Predio 2.		X		X		90°	até 25 m	X		X	
14	Acesso aos containeres Comag/Coap.		X		X		90°	até 25 m	X		X	
15	Lateral prédio 2 e divisa Accialama.		X		X		90°	até 50 m	X		X	
16	Acesso aos prédios 2 e 3.		X		X		90°	até 25 m	X		X	
17	Fundos prédio 3 (laboratórios) e laboratório predio 7.		X		X		90°	até 50 m	X		X	
18	Acesso aos prédios 5 e 7.		X		X		120°	até 25 m	X		X	
19	Lateral prédio 5 e divisa com Accialama.		X		X		60°	até 50 m	X		X	
20	Fundos prédio 5 e visada até os muros sul e oeste.		X			X	60°	até 100 m		X	X	
21	Lateral do prédio 5 e laboratório do predio 7.		X		X		90°	até 50 m	X		X	
22	Caminho de acesso a quadra de esportes e divisa Apace.		X		X		120°	até 100 m	X		X	
23	Fundos do Prédio 7 e visada do muro oeste.		X			X	120°	até 100 m		X	X	
24	Visada do muro norte e portão Br 285.		X		X		120°	até 100 m	X		X	

RESUMO

ANEXO XX do Pregão Nº XX/202X
MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do processo:		
Licitação nº:		
Dia:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Passo Fundo/RS
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio coletivo	1º de abril de 2024
D	Número de meses de execução contratual	60
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
O complemento abaixo é uma planilha auxiliar que consolida as várias planilhas com os diferentes tipos de postos		

3. COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

ESCALA DE TRABALHO			PREÇO MENSAL DO POSTO (R\$)	NÚMERO DE POSTOS	SUBTOTAL (R\$)
Grupo 1	Item 1	12 horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas	14.359,94	2	28.719,88
	Item 2	12 horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas	12.966,04	1	12.966,04
	Item 3	24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana de Vigilância Eletrônica			10.968,76

TOTAL: 52.654,68

Nota: Nos casos de inclusão de outros tipos de postos, observar o disposto no item 4 do Anexo VI-A, desta Instrução Normativa

Valor mensal do serviço	R\$ 52.654,68
Número de meses do contrato	60
Valor global da proposta (valor mensal do serviço x nº de meses do contrato)	R\$ 3.159.280,80
QUANTIDADE DE PESSOAL ALOCADO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL (item 6.2.e do Anexo VII da IN nº 5/2017 e item XXXX do edital)	
Tipo de Mão de Obra	Quantidade de Pessoal
Vigilante Noturno - 12/36H	4
Vigilante Diurno - 12/36H	2
TOTAL	6

Prazo de validade do Orçamento: 120 dias

Nome do responsável pelo orçamento: XXXXXXXXXXXXXXXX

Razão social da empresa: XXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ da empresa: XXXXXXXXXXXXXXXX

Endereço da empresa: XXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone da empresa: XXXXXXXXXXXXXXXX

Site da empresa: XXXXXXXXXXXXXXXX

Declaração: Neste orçamento estão inclusos todos os custos e despesas para execução total dos serviços, incluindo impostos, taxas, lucro, custos indiretos, etc.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 20XX.

assinatura do responsável pelo orçamento na empresa

ASP NOTURNO 44 H SEMANAIS DE SEGUNDA-FEIRA A SABADO - Lucro Presumido -
CONTA VINCULADA

ANEXO XX do Pregão Nº XX/202X-Conta Vinculada
MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do processo:		
Licitação nº:		
Dia:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Passo Fundo/RS
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio coletivo	1º de abril de 2024
D	Número de meses de execução contratual	60
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
Tipo de serviço:		Unidade de Medida
Auxiliar de Vigilância Patrimonial		Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)
44 horas semanais diurnas - de segunda à sábado		posto
44 horas semanais noturnas - de segunda à sábado		posto
TOTAL DE POSTOS		2
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne as rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa. Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.		
1. MÓDULOS		
Mão de obra		
Mão de obra vinculada à execução contratual		
Dados para composição dos custos referente à mão de obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Auxiliar de Serviços Patrimoniais
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5174-20
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.654,40
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Aux. Serv. Patrimoniais
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de abril de 2024
6	Valor do salário/hora sem periculosidade - VSH (s/peri) = (Valor do salário normativo / 220 h)	7,52
7	Valor da hora extra sem periculosidade com 50% HE (s/peri) = valor da hora + 50%	11,28
8	Valor da hora do adicional noturno sem periculosidade AN (s/peri) = valor da hora x 20%	1,50
9	Quantidade de ASP por posto de serviço	1,00
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço. Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado		
Módulo 1: Composição da Remuneração (por Posto)		
1	Composição da Remuneração (por Posto)	Percentual (%)
A	Salário-Base (valor para 1 ASP = 1 posto) (cláusulas 5ª e 6ª da CCT 2024/2025)	1.654,40
B	Adicional Noturno sobre: 1) 7h de 60min p/dia + 2) 1,0 h reduzida noturna p/dia para o RS Cálculo do valor: AN (s/peri) x 1h)x22d x1ASP. Das 22h às 23h. (cláusulas 26 da CCT 2024/2025)	33,00
C	Adicional de Hora Noturna Reduzida (Hora Reduzida Noturna como Extra) (HRN) Cálculo do valor: (Valor da hora + 50%) x 1 h x 22D x (60min-52,5min) / 60 min x 1 ASP) Das 22h às 23h (art. 73 da CLT e cláusula 74 da CCT 2024/2025)	31,02
D	RSR (Repouso Semanal Remunerado) - Cálculo do valor: 20% sobre os adicionais pertinentes) - (cláusula 16 da CCT 2024/2025)	12,80
Remuneração 1 = Total da Remuneração de verbas de natureza salarial nas quais incidem INSS + FGTS + Férias + 13º, etc.		1.731,22
E	Intervalo Intraornada (Adicional de Intervalo) Cálculo do valor: HE (s/peri) x 15d x2vigx0,5h) - (cláusula 65 da CCT 2024/2025) - este posto fará intervalo para refeições	0,00
Total da verba de natureza salarial na qual incidem somente INSS (mais terceiras entidades) e FGTS, em face da Solução de Consulta RFB/Cosit nº 108/2023 e Parecer Jurídico - Empregado só recebe se estiver trabalhando. Consulte sua assessoria jurídica		0,00
Remuneração 2 = Total da Remuneração que o empregado irá receber- Valor entra nos seguintes cálculos: Item 2, "A" - Quadro-Resumo do Custo por Posto de Trabalho, Custos Indiretos, Lucro e Tributos.		1.731,22
Nota1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.		

Módulo 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários						
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário (Férias???) e Adicional de Férias						
2.1	13º (décimo terceiro) Salário (Férias???) e Adicional de Férias					Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário Obrigatória a cotação de 8,33% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração1, conforme Anexo XII da IN 5/17				8,33%	144,21
B	Adicional de Férias Obrigatória a cotação de 3,025% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração1. É vedada a cotação de Férias neste Submódulo, em face de tratar-se de Conta Vinculada. O custo do empregado substituto, quando o titular gozar férias, deverá ser previsto no Submódulo 4.1.A. Isso demonstra que a provisão de Férias neste Submódulo não teria finalidade, em razão de que o pagamento do titular no seu mês de gozo de férias será feito pelo Módulo 1 - Composição da Remuneração. Na hipótese de o contrato não ser prorrogado, o pagamento relativo a Férias do empregado deverá ser efetivado pela provisão feita no Submódulo 4.1.A.				3,025%	52,37
Total						196,58
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina e adicional de férias.						
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 3,025% do Módulo 1, em face do Anexo XII da IN nº 5/2017 exigir 12,10% no somatório de Férias + 1/3 de Férias (9,075% + 3,025%).						
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições (Base de Cálculo = Módulo 1 (Rem1) + Submódulo 2.1 + Intervalo Intra jornada)						
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições				Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS				20,00%	385,56
B	Salário Educação				2,50%	48,20
C	RAT x FAP Cálculo do valor: % do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) x FAP (Fator Acidentário de Prevenção de cada empresa)	RAT = 3%		FAP = 1,0000	3,0000%	57,83
D	SESC ou SESI				1,50%	28,92
E	SENAC ou SENAI				1,00%	19,28
F	SEBRAE				0,60%	11,57
G	INCRA				0,20%	3,86
H	FGTS				8,00%	154,22
Total					36,8000%	709,44
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.						
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio, e de 3% para risco grave.						
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.						
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários						
2.3	Benefícios Mensais e Diários					Valor (R\$)
A	Transporte Cálculo do valor: [(2xVTx30) – (6%xSB)]					158,14
	A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços (Decreto Municipal P. Fundo nº 113/2024)				R\$ 4,95	-
	A.2) Quantidade de passagens por dia por empregado				2,00	-
	A.3) Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens				26	
	A.4) Participação do empregado em percentual do salário-base (cláusula 32 da CCT 2024/2025)				6,00%	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação Cálculo do valor = [(30xVA)x(1-0,20)]					561,60
	B.1) Valor do Auxílio-Alimentação (cláusula 30 da CCT 2024/2025)				R\$ 27,00	-
	B.2) Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação				26	
	B.3) Participação do empregado em percentual sobre o auxílio-alimentação (cláusula 30 da CCT 2024/2025)				20,00%	
C	Assistência Médica e Familiar					0,00
D	Seguro de Vida (cláusula 34 da CCT 2024/2025) Cálculo do valor: 26 x Remx 0,023% O valor cotado pelo licitante deve ser fixado na planilha e somente deve ser alterado mediante repactuação com comprovação do aumento. Depois da licitação, excluir a fórmula					10,35
E	Auxílio-Funeral (cláusula 33 da CCT 2024/2025) Cálculo do valor: [(SB x 0,52066%)/12] O valor cotado pelo licitante deve ser fixado na planilha e somente deve ser alterado mediante repactuação com comprovação do aumento. Depois da licitação, excluir a fórmula					0,72
F	Ajuda de Custo Cálculo do valor: (SB x 10%) (cláusula 28 da CCT 2024/2025)					165,44
Total						896,25
Nota 1: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).						
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no artigo 6º desta Instrução Normativa.						
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários						
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários					Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário (Férias???) e Adicional de Férias					196,58
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições					709,44
2.3	Benefícios Mensais e Diários					896,25
Total						1.802,27

Módulo 3 - Provisão para Rescisão											
3		Provisão para Rescisão						Valor (R\$)			
A	Aviso Prévio Indenizado Cálculo do valor = [Rem/12 + 13%/12 + (Férias + 1/3 Férias)/12] x (30 dias /30=1 x 5% de rotatividade anual - Os reflexos de 13º, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APlnd - Decorridos 12 meses de execução contratual, por ocasião do primeiro reajuste, repatuação ou prorrogação, poderão ser considerados 03 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período.						8,69				
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado						0,70				
C	Aviso Prévio Trabalhado Cálculo do valor = [(Rem1/30)x7]/ 12 meses de execução contraual x (30 dias / 30) x 100% do empregados. Decorridos 12 meses de execução contratual, <u>negociar, extinção/redução, por ocasião do primeiro reajuste, repactuação ou prorrogação.</u> (Esta rubrica prevê 30 dias de aviso prévio, no entanto, decorridos 12 meses de execução, já integralmente provisionando durante os primeiros 12 meses de execução contratual, o empregado tem direito a mais 03 dias de aviso prévio trabalhado para cada ano trabalhado, conforme Lei nº 12.506, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento durante o período).						33,66				
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado						12,39				
E	Multa do FGTS sobre o Aviso PrévioTrabalhado e Aviso Prévio IndenizadoObrigatória a cotação de 4% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração1, conforme Anexo XII da IN Seges nº 5/2017				4,00%		69,25				
TOTAL							124,69				
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente											
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.											
Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): BCCPA = MODULO 1 (= a Rem1) + MÓDULO 2 (- VA - VT) + FÉRIAS + MÓDULO 3 - exceto o Substituto na cobertura de Férias e o Afastamento Maternidade, sendo que neste último a Rem e o 13º podem ser compensados pelo INSS, ambos com base de cálculo própria, conforme consta nesses itens de custo.											
MÓD 1 (= a Rem1)=		1.731,22		MÓD 2 (sem VA e VT) +Férias =		1.297,46		MÓD 3 = 124,69		3.153,37	
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais											
4.1		Substituto nas Ausências Legais						Valor (R\$)			
A	Substituto na cobertura de Férias Obrigatória a cotação de 9,075% sobre o valor do Módulo 1 - Composição da Remuneração, mais o percentual do Submódulo 2.2 sobre o cálculo anterior, conforme Anexo XII da IN 5/17 (Férias + Adicional = 12,10% = 9,075% + 3,025%)				9,075%		36,80%		214,93		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x1dia]/12								8,76		
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade Cálculo do valor = {[(BCCPA/30)x5dias]/12}x1,5%								0,66		
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho Cálculo do valor = [(BCCPA/30x0,69dias)/12								6,04		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade Cálculo do valor = [((Férias + Férias / 3) + SUB2.2 x (Férias + Férias / 3)) x (4/12)] x 2% + [(FGTS x Rem + SUB 2.2 x 13º + SUB2.3 – VA – VT + MÓD3) x (4/12)] x 2% Não incide Contribuição Previdenciária Patronal (INSS + 3ªs entidades) sobre a Remuneração da empregada residente nos 4 meses de Afastamento, conforme Solução de Consulta Cosit/RFB nº 27/2023, publicada na pág. 20 da Seção 1 do DOU de 09/02/2023. A Remuneração e o 13º da empregada residente poderão ser compensados, por isso não constam da fórmula.								5,20		
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x3dias]/12 Incluído por permissão da IN Seges nº 5/2017, Anexo VII-B, item 1.7, alíneas "b" e "c".5.								26,28		
Total									261,87		
Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada											
4.2		Substituto na Intra jornada						Valor (R\$)			
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação								0,00		
Total									0,00		
Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente											
4		Custo de Reposição do Profissional Ausente						Valor (R\$)			
4.1		Substituto nas Ausências Legais								261,87	
4.2		Substituto na Intra jornada								0,00	
Total									261,87		
Módulo 5 – Insumos Diversos											
3		Insumos Diversos						Valor (R\$)			
A	Materiais								0,58		
B	Equipamentos								19,68		
C	Uniformes								136,76		
D	Equipamentos de Uso Geral								8,25		
E	Outros (especificar)										
Total									165,27		
Nota: Valores mensais por empregado											

Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual (%)	Valor (R\$)
BASE DE CÁLCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração2 + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos)		-	4.085,32
A	Custos Indiretos	6,00%	245,12
BASE DE CÁLCULO DO LUCRO = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração2 + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos)		-	4.330,44
B	Lucro	6,79%	294,04
BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração2 + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos + Lucro)		-	4.624,48
C	Tributos	-	-
	C.1 Tributos federais (especificar)	-	-
	a) Cofins (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real ou Presumido)	3,00%	147,04
	b) PIS (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real ou Presumido)	0,65%	31,86
	c) IRPJ - Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo.	-	-
	d) CSLL - Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo.	-	-
	C.2 Tributos estaduais (especificar)	-	-
	C.3 Tributos municipais (especificar):	-	-
	a) ISS (Lei Municipal Passo Fundo nº 137 de 29/12/2004)	2,00%	98,03
TOTAL			816,09
Percentual Total e Valor Total de Tributos		5,65%	276,93
Base de Cálculo para os Tributos Cálculo dos Tributos = (-----) x Aliquota do Tributo 1 - (Total de Tributos em % dividido por 100)			
Nota 1: Custos Indiretos, Lucro e Tributos por empregado. Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.			
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR POSTO DE TRABALHO			
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por Posto de Trabalho)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração2		1.731,22
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.802,27
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão		124,69
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		261,87
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		165,27
Subtotal (A + B + C + D + E)			4.085,32
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos		816,09
Valor Total por Posto			R\$ 4.901,41
Nota: Nos casos de inclusão de outros tipos de postos, observar o disposto no item 4 do Anexo VI-A, desta Instrução Normativa			
Valor mensal do serviço		R\$ 9.802,82	
Número de meses do contrato		60	
Valor global da proposta (valor mensal do serviço x nº de meses do contrato)		R\$ 588.169,20	
QUANTIDADE DE PESSOAL ALOCADO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL (item 6.2.e do Anexo VII da IN nº 5/2017 e item XXXX do edital)			
Tipo de Mão de Obra		Quantidade de Pessoal	
ASP			
MATERIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ALOCADOS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL (item 6.2.f do Anexo VII da IN nº 5/2017 e item XXXX do edital)			
Especificação dos Materiais/Máquinas/Equipamentos		Quantidade	

ASP DIURNO 44 H SEMANAIS DE SEGUNDA-FEIRA A SABADO - Lucro Presumido -
CONTA VINCULADA

ANEXO XX do Pregão Nº XX/202X-Conta Vinculada
MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do processo:			
Licitação nº:			
Dia:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)		
B	Município/UF	Passo Fundo/RS	
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio coletivo	1º de abril de 2024	
D	Número de meses de execução contratual	60	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de serviço:		Unidade de Medida	
Auxiliar de Vigilância Patrimonial		Quantidade total a contratar (Em função da unidade de medida)	
44 horas semanais diurnas - de segunda à sábado		posto 2	
44 horas semanais noturnas - de segunda à sábado		posto -	
TOTAL DE POSTOS		2	
Nota 1: Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne as rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.			
Nota 2: As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.			
1. MÓDULOS			
Mão de obra			
Mão de obra vinculada à execução contratual			
Dados para composição dos custos referente à mão de obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Auxiliar de Serviços Patrimoniais	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5174-20	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 1.654,40	
4	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	Aux. Serv. Patrimoniais	
5	Data-Base da Categoria (dia/mês/ano)	1º de abril de 2024	
6	Valor do salário hora sem periculosidade - VSH (s/peri) = (Valor do salário normativo / 220 h)	7,52	
7	Valor da hora extra sem periculosidade com 50% HE (s/peri) = valor da hora + 50%	11,28	
8	Valor da hora do adicional noturno sem periculosidade AN (s/peri) = valor da hora x 20%	1,50	
9	Quantidade de ASP por posto de serviço	1,00	
Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.			
Nota 2: A planilha será calculada considerando o valor mensal do empregado			
Módulo 1: Composição da Remuneração (por Posto)			
1	Composição da Remuneração (por Posto)	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Salário-Base (valor para 2 vigilantes = 1 posto) (cláusulas 5ª e 6ª da CCT 2024/2025)		1.654,40
B	Adicional Noturno sobre: 1) 7h de 60min p/dia + 2) 1,0 h reduzida noturna p/dia para o RS Cálculo do valor: AN (s/peri) x 1h)x22d x1ASP. (cláusulas 26 da CCT 2024/2025) Este posto não atuará após as 22h.		0,00
C	Adicional de Hora Noturna Reduzida (Hora Reduzida Noturna como Extra) (HRN) Cálculo do valor: (Valor da hora + 50%) x 1 h x 22D x (60min-52,5min) / 60 min x 1 ASP). (art. 73 da CLT e cláusula 74 da CCT 2024/2025) Este Posto não atuará após as 22h.		0,00
D	RSR (Repouso Semanal Remunerado) - Cálculo do valor: 20% sobre os adicionais pertinentes) - (cláusula 16 da CCT 2024/2025)		0,00
Remuneração 1 = Total da Remuneração de verbas de natureza salarial nas quais incidem INSS + FGTS + Férias + 13º, etc.			1.654,40
E	Intervalo Intraornada (Adicional de Intervalo) Cálculo do valor: HE (s/peri) x 15d x2vigx0,5h) - (cláusula 65 da CCT 2024/2025) - este posto fará intervalo para refeições		0,00
Total da verba de natureza salarial na qual incidem somente INSS (mais terceiras entidades) e FGTS, em face da Solução de Consulta RFB/Cosit nº 108/2023 e Parecer Jurídico - Empregado só recebe se estiver trabalhando. Consulte sua assessoria jurídica			0,00

Remuneração 2 = Total da Remuneração que o empregado irá receber- Valor entra nos seguintes cálculos: Item 2, "A" - Quadro-Resumo do Custo por Posto de Trabalho, Custos Indiretos, Lucro e Tributos.			1.654,40
Nota1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço no período de 12 meses.			
Módulo 2 : Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário (Férias???) e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário (Férias???) e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário Obrigatória a cotação de 8,33% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração01, conforme Anexo XII da IN 5/17	8,33%	137,81
B	Adicional de Férias Obrigatória a cotação de 3,025% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração01. É vedada a cotação de Férias neste Submódulo, em face de tratar-se de Conta Vinculada. O custo do empregado substituto, quando o titular gozar férias, deverá ser previsto no Submódulo 4.1.A. Isso demonstra que a provisão de Férias neste Submódulo não teria finalidade, em razão de que o pagamento do titular no seu mês de gozo de férias será feito pelo Módulo 1 - Composição da Remuneração. Na hipótese de o contrato não ser prorrogado, o pagamento relativo a Férias do empregado deverá ser efetivado pela provisão feita no Submódulo 4.1.A.	3,025%	50,05
Total			187,86
Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes à gratificação natalina e adicional de férias.			
Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 3,025% do Módulo 1, em face do Anexo XII da IN nº 5/2017 exigir 12,10% no somatório de Férias + 1/3 de Férias (9,075% + 3,025%).			
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições (Base de Cálculo = Módulo 1 (Rem1) + Submódulo 2.1 + Intervalo Intra jornada)			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		Percentual (%) Valor (R\$)
A	INSS		20,00% 368,45
B	Salário Educação		2,50% 46,06
C	RAT x FAP Cálculo do valor: % do RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) x FAP (Fator Acidentário de Prevenção de cada empresa)	RAT = 3% FAP = 1,0000	3,0000% 55,27
D	SESC ou SESI		1,50% 27,63
E	SENAC ou SENAI		1,00% 18,42
F	SEBRAE		0,60% 11,05
G	INCRA		0,20% 3,68
H	FGTS		8,00% 147,38
Total			36,8000% 677,94
Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.			
Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2% para risco médio, e de 3% para risco grave.			
Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1.			
Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte Cálculo do valor: [(2xVTx30) – (6%xSB)]		158,14
	A.1) Valor da passagem do transporte coletivo no município de prestação dos serviços (Decreto Municipal P. Fundo nº 113/2024)	R\$ 4,95	-
	A.2) Quantidade de passagens por dia por empregado	2,00	-
	A.3) Quantidade de dias do mês de recebimento de passagens	26	
	A.4) Participação do empregado em percentual do salário-base (cláusula 32 da CCT 2024/2025)	6,00%	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação Cálculo do valor = [(30xVA)x(1-0,20)]		561,60
	B.1) Valor do Auxílio-Alimentação (cláusula 30 da CCT 2024/2025)	R\$ 27,00	-
	B.2) Quantidade de dias do mês de recebimento de auxílio-alimentação	26	
	B.3) Participação do empregado em percentual sobre o auxílio-alimentação (cláusula 30 da CCT 2024/2025)	20,00%	
C	Assistência Médica e Familiar		0,00
D	Seguro de Vida (cláusula 34 da CCT 2024/2025) Cálculo do valor: 26 x Remx 0,023% O valor cotado pelo licitante deve ser fixado na planilha e somente deve ser alterado mediante repactuação com comprovação do aumento. Depois da licitação, excluir a fórmula		9,89
E	Auxílio-Funeral (cláusula 33 da CCT 2024/2025) Cálculo do valor: [(SB x 0,52066%)/12] O valor cotado pelo licitante deve ser fixado na planilha e somente deve ser alterado mediante repactuação com comprovação do aumento. Depois da licitação, excluir a fórmula		0,72
F	Ajuda de Custo Cálculo do valor: (SB x 10%) (cláusula 28 da CCT 2024/2025)		165,44
Total			895,79
Nota 1: o valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).			
Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no artigo 6º desta Instrução Normativa.			
Quadro-Resumo do Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário (Férias???) e Adicional de Férias		187,86
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		677,94
2.3	Benefícios Mensais e Diários		895,79
Total			1.761,59

Módulo 3 - Provisão para Rescisão									
3		Provisão para Rescisão						Valor (R\$)	
A	Aviso Prévio Indenizado Cálculo do valor = [Rem/12 + 13%/12 + (Férias + 1/3 Férias)/12] x (30 dias /30=1 x 5% de rotatividade anual - Os reflexos de 13º, F e 1/3F são referentes a 1 mês de APlnd - Decorridos 12 meses de execução contratual, por ocasião do primeiro reajuste, repatuação ou prorrogação, poderão ser considerados 03 dias conforme Lei nº 12.506/2011, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento no período.						8,30		
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado						0,66		
C	Aviso Prévio Trabalhado Cálculo do valor = [(Rem1/30)x7]/ 12 meses de execução contraual x (30 dias / 30) x 100% do empregados. Decorridos 12 meses de execução contratual, <u>negociar, extinção/redução, por ocasião do primeiro reajuste, repactuação ou prorrogação.</u> (Esta rubrica prevê 30 dias de aviso prévio, no entanto, decorridos 12 meses de execução, já integralmente provisionando durante os primeiros 12 meses de execução contratual, o empregado tem direito a mais 03 dias de aviso prévio trabalhado para cada ano trabalhado, conforme Lei nº 12.506, dependendo da análise do nº de ocorrências deste evento durante o período).						32,17		
D	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado						11,84		
E	Multa do FGTS sobre o Aviso PrévioTrabalhado e Aviso Prévio IndenizadoObrigatória a cotação de 4% sobre o valor do Módulo 1 – Composição da Remuneração1, conforme Anexo XII da IN Seges nº 5/2017					4,00%	66,18		
TOTAL							119,15		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente									
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto quando o empregado alocado na prestação do serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação.									
Base de cálculo para o Custo de Reposição do Profissional Ausente (substituto): BCCPA = MODULO 1 (= a Rem1) + MÓDULO 2 (- VA - VT) + FÉRIAS + MÓDULO 3 - exceto o Substituto na cobertura de Férias e o Afastamento Maternidade, sendo que neste último a Rem e o 13º podem ser compensados pelo INSS, ambos com base de cálculo própria, conforme consta nesses itens de custo.									
MÓD 1 (= a Rem1)=	1.654,40		MÓD 2 (sem VA e VT) +Férias =	1.247,24		MÓD 3 =	119,15	3.020,79	
Submódulo 4.1 – Substituto nas Ausências Legais									
4.1		Substituto nas Ausências Legais						Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Férias Obrigatória a cotação de 9,075% sobre o valor do Módulo 1 - Composição da Remuneração, mais o percentual do Submódulo 2.2 sobre o cálculo anterior, conforme Anexo XII da IN 5/17 (Férias + Adicional = 12,10% = 9,075% + 3,025%)					9,075%	36,80%	205,39	
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais Cálculo do valor = [(BCCPA/30)x1dia]/12						8,39		
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade Cálculo do valor = {[(BCCPA/30)x5dias]/12}x1,5%						0,63		
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho Cálculo do valor = [(BCCPA/30x0,69dias)/12						5,79		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade Cálculo do valor = [((Férias + Férias / 3) + SUB2.2 x (Férias + Férias / 3)) x (4/12)] x 2% + [(FGTS x Rem + SUB 2.2 x 13º + SUB2.3 – VA – VT + MÓD3) x (4/12)] x 2% Não incide Contribuição Previdenciária Patronal (INSS + 3ªs entidades) sobre a Remuneração da empregada residente nos 4 meses de Afastamento, conforme Solução de Consulta Cosit/RFB nº 27/2023, publicada na pág. 20 da Seção 1 do DOU de 09/02/2023. A Remuneração e o 13º da empregada residente poderão ser compensados, por isso não constam da fórmula.						5,02		
F	Substituto na cobertura de Ausência por doença Cálculo do valor = [(BCCPA)/30]x3dias]/12 Incluído por permissão da IN Seges nº 5/2017, Anexo VII-B, item 1.7, alíneas "b" e "c".5.						25,17		
Total							250,39		
Submódulo 4.2 – Substituto na Intra jornada									
4.2		Substituto na Intra jornada						Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação						0,00		
Total							0,00		
Quadro-Resumo do Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente									
4		Custo de Reposição do Profissional Ausente						Valor (R\$)	
4.1		Substituto nas Ausências Legais						250,39	
4.2		Substituto na Intra jornada						0,00	
Total							250,39		
Módulo 5 – Insumos Diversos									
3		Insumos Diversos						Valor (R\$)	
A	Materiais						0,58		
B	Equipamentos						19,68		
C	Uniformes						136,76		
D	Equipamentos de Uso Geral						8,25		
E	Outros (especificar)								
Total							165,27		
Nota: Valores mensais por empregado									

Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos			
6	Custos Indiretos, Lucro e Tributos	Percentual (%)	Valor (R\$)
BASE DE CALCULO DOS CUSTOS INDIRETOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração2 + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos)		-	3.950,80
A	Custos Indiretos	6,00%	237,05
BASE DE CALCULO DO LUCRO = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração2 + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos)		-	4.187,85
B	Lucro	6,79%	284,36
BASE DE CALCULO DOS TRIBUTOS = (Total do Módulo 1 – Composição da Remuneração2 + Total do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários + Total do Módulo 3 – Provisão da Rescisão + Total do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente + Total do Módulo 5 - Insumos Diversos + Custos Indiretos + Lucro)		-	4.472,21
C	Tributos	-	-
	C.1 Tributos federais (especificar)	-	-
	a) Cofins (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real ou Presumido)	3,00%	142,20
	b) PIS (depende do regime de tributação - utilizada a hipótese de Lucro Real ou Presumido)	0,65%	30,81
	c) IRPJ - Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo.	-	-
	d) CSLL - Em face dos Acórdãos TCU nºs 950/2007-P e 205/2018-P, o licitante não pode cotar expressamente este tributo.	-	-
	C.2 Tributos estaduais (especificar)	-	-
	C.3 Tributos municipais (especificar):	-	-
	a) ISS (Lei Municipal Passo Fundo nº 137 de 29/12/2004)	2,00%	94,80
TOTAL			789,22
Percentual Total e Valor Total de Tributos		5,65%	267,81
Base de Cálculo para os Tributos Cálculo dos Tributos = (-----) x Aliquota do Tributo 1 - (Total de Tributos em % dividido por 100)			
Nota 1: Custos Indiretos, Lucro e Tributos por empregado. Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.			
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR POSTO DE TRABALHO			
Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por Posto de Trabalho)			Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração2		1.654,40
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.761,59
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão		119,15
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		250,39
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		165,27
Subtotal (A + B + C + D + E)			3.950,80
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos		789,22
Valor Total por Posto			R\$ 4.740,02
Nota: Nos casos de inclusão de outros tipos de postos, observar o disposto no item 4 do Anexo VI-A, desta Instrução Normativa			
Valor mensal do serviço		R\$ 9.480,04	
Número de meses do contrato		60	
Valor global da proposta (valor mensal do serviço x nº de meses do contrato)		R\$ 568.802,40	
QUANTIDADE DE PESSOAL ALOCADO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL (item 6.2.e do Anexo VII da IN nº 5/2017 e item XXXX do edital)			
Tipo de Mão de Obra		Quantidade de Pessoal	
ASP			
MATERIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ALOCADOS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL (item 6.2.f do Anexo VII da IN nº 5/2017 e item XXXX do edital)			
Especificação dos Materiais/Máquinas/Equipamentos		Quantidade	

INSUMOS DIVERSOS - ASP (Auxiliar de Serviços Patrimoniais)						
MATERIAIS - ASP	Unidade	Quantidade a disponibilizar por posto	Vida Útil (em meses)	Quantidade Anual	Valor Unitário	Custo Anual
Crachá	pç	2	24	1,0	6,94	6,94
CUSTO ANUAL DOS UTENSÍLIOS						6,94
CUSTO MENSAL DOS UTENSÍLIOS						0,58
EQUIPAMENTOS - ASP	Unidade	Quantidade a disponibilizar por posto	Depreciação (em meses)	Quantidade Anual	Valor Unitário	Custo Anual
Rádios comunicadores *(especificar alcance e canal)	pç	2	60	0,4	590,45	236,18
CUSTO ANUAL DOS EQUIPAMENTOS						236,18
CUSTO MENSAL DOS EQUIPAMENTOS						19,68
UNIFORMES - ASP (individual para posto)	Unidade	Quantidade semestral por trabalhador	Quantidade anual por trabalhador	Quantidade anual por posto	Valor Unitário	Custo Anual
Calça	pç	2,0	4	4	75,00	300,00
Camisa de manga curta	unidade	2,0	4	2	84,66	169,32
camisa de manga longa	pç	2,0	4	2	130,25	260,50
Cinto nylon	pç	1,0	2	2	39,57	79,14
Jaqueta/Japona de Nylon	pç	1,0	2	2	206,46	412,92
Capa de chuva	pç	1,0	2	2	32,22	64,44
Boné ou quepe	pç	1,0	2	2	22,86	45,72
Botas de chuva	unidade	0,5	1	2	45,01	90,02
Tênis macio e confortável	par	1,0	2	2	109,53	219,06
CUSTO ANUAL DOS UNIFORMES						1.641,12
CUSTO MENSAL DOS UNIFORMES						136,76

INSUMOS DE USO GERAL (ASP)						
EQUIPAMENTOS DE USO GERAL - ASP	Unidade	Quantidade a disponibilizar	Depreciação (em meses)	Quantidade Anual	Valor Unitário	Custo Anual
Ponto biométrico	pç	1	60	0,2	1.980,49	396,10
CUSTO ANUAL DOS EQUIPAMENTOS						396,10
CUSTO MENSAL DOS EQUIPAMENTOS						33,01

QUADRO RESUMO					
QUADRO RESUMO - ASP	CUSTO ANUAL	CUSTO MENSAL	Número de Postos	Custo Mensal Total	Custo Mensal por Posto
MATERIAIS - ASP	6,94	0,58	4	2,32	0,58
EQUIPAMENTOS - ASP	236,18	19,68	4	78,72	19,68
UNIFORMES - ASP (individual para posto)	1.641,12	136,76	4	547,04	136,76
EQUIPAMENTOS DE USO GERAL - ASP	396,10	33,01	4	33,01	8,25
TOTAL - ASP	2.280,34	205,81		661,09	165,27

RESUMO

ANEXO XX do Pregão Nº XX/202X
MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nº do processo:		
Licitação nº:		
Dia:		
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)		
A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	Passo Fundo/RS
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio coletivo	1º de abril de 2024
D	Número de meses de execução contratual	60
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO		
O complemento abaixo é uma planilha auxiliar que consolida as várias planilhas com os diferentes tipos de postos		

3. COMPLEMENTO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA – VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

ESCALA DE TRABALHO			PREÇO MENSAL DO POSTO (R\$)	NÚMERO DE POSTOS	SUBTOTAL (R\$)
Grupo 2	Item 4	44 (quarenta e quatro) horas semanais noturnas, de segunda a sábado envolvendo 1 (um) ASP	4.901,41	2	9.802,82
	Item 5	44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda-feira a sábado envolvendo 1 (um) ASP	4.740,02	2	9.480,04

TOTAL: 19.282,86

Nota: Nos casos de inclusão de outros tipos de postos, observar o disposto no item 4 do Anexo VI-A, desta Instrução Normativa

Valor mensal do serviço	R\$ 19.282,86
Número de meses do contrato	60
Valor global da proposta (valor mensal do serviço x nº de meses do contrato)	R\$ 1.156.971,60

QUANTIDADE DE PESSOAL ALOCADO NA EXECUÇÃO CONTRATUAL (item 6.2.e do Anexo VII da IN nº 5/2017 e item XXXX do edital)

Tipo de Mão de Obra	Quantidade de Pessoal
ASP Noturno - 44H - segunda à sábado	2
ASP Diurno - 44H - segunda à sábado	2
TOTAL	4

Prazo de validade do Orçamento: 120 dias

Nome do responsável pelo orçamento: XXXXXXXXXXXXXXXX

Razão social da empresa: XXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ da empresa: XXXXXXXXXXXXXXXX

Endereço da empresa: XXXXXXXXXXXXXXXX

Telefone da empresa: XXXXXXXXXXXXXXXX

Site da empresa: XXXXXXXXXXXXXXXX

Declaração: Neste orçamento estão inclusos todos os custos e despesas para execução total dos serviços, incluindo impostos, taxas, lucro, custos indiretos, etc.

XXXXXXXXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 20XX.

assinatura do responsável pelo orçamento na empresa

16.11.4. ANEXO IV – MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Declaração de vistoria técnica – Processo nº 23165.000017.2025-46

Declaramos para efeitos do que consta no Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 22/2025 que o representante legal da (nominar empresa conforme será apresentado nas propostas), Sr. (nome do representante) portador da cédula de identidade nº....., CPF....., compareceu e efetuou vistoria na área onde serão executados os serviços objeto do Pregão Eletrônico em epígrafe, tomando plena ciência da dimensão dos serviços a serem executados pela licitante.

Passo Fundo, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal (nome e número da identidade do declarante)

Declaração de renúncia de vistoria técnica – Processo nº 23165.000017.2025-46

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), DECLARAMOS que OPTAMOS por não realizar a vistoria ao(s) local(is) de execução dos serviços, e que ASSUMIMOS todo e qualquer risco por esta decisão e que NOS COMPROMETEMOS a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo na modalidade Pregão Eletrônico n.º 22/2025, Processo Administrativo nº 23165.000017.2025-46.

Passo Fundo, _____ de _____ de 2025

Assinatura do representante legal
(nome e número da identidade do
declarante)

Anexo V

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO ENQUADRAMENTO SINDICAL

(REDAÇÃO DADA PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI N N° 190, DE 2024)

DECLARO que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) n° _____, inscrição estadual n° _____, estabelecida em, _____, está regulamente vinculada ao Sindicato _____, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei n° 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades.

Passo Fundo, de.....de 2025.

(Assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa)

Anexo VI

MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DA GARANTIA E DE PAGAMENTO
DIRETO (CONFORME ESTABELECIDO NA ALÍNEA "C" DO ITEM 1.2 DO ANEXO VII-B DA IN SEGES/MP N. 5/2017)

_____ (identificação do licitante), inscrita no
CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr.
_____ (nome do representante), portador da Cédula de Identidade
RG nº _____ e do CPF nº _____, AUTORIZA, a
CONTRATANTE:

() a reter a garantia, a qualquer tempo, na forma prevista no subitem 3.1 do Anexo VII-F e item 1.2, c do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

() a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores alocados na execução do contrato e das contribuições previdenciárias e do FGTS a serem depositados diretamente nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores, quando estes forem inadimplidos, na forma do item 1.2, "c" do Anexo VII-B da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

_____/_____, de _____ de 2025.

Assinatura do representante

Observação: Esta declaração deverá ser anexada juntamente com os documentos de proposta.

Anexo VII

MODELO PARA AUTORIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE CONTA VINCULADA

AUTORIZAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE CONTA VINCULADA PARA QUITAÇÕES DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS
NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017.

Processo nº:

Objeto:

A _____ (informar o nome da Contratada), _____
_____(informar CNPJ), _____(informar localização/Estado/UF)
autoriza o Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus Passo Fundo (órgão Contratante), nos termos do
Anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, a proceder com a abertura de conta, para
a quitação de obrigações trabalhistas dos trabalhadores vinculados ao Contrato nº _____,
em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação e aberta em nome da empresa.

Fica autorizada a Contratante a efetuar retenção, na fatura, e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo
de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da
contratada, observada a legislação específica. E, ainda, a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto
dos salários e demais verbas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por
parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Passo Fundo, de de 2025.

Assinatura da Contratada